

RÉPUBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Unidade – Disciplina – Trabalho



ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA ESTATÍSTICA 2018-2021

Documento Provisório

Com o apoio da Parceria Estatística ao Serviço do Desenvolvimento no século 21

PARiS
21

Dezembro de 2017

Índice

LISTA DAS ABREVIATURAS	4
INTRODUÇÃO.....	7
1. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL.....	9
<i>1.1 Avaliação da implementação da ENDE 2009-2018</i>	<i>9</i>
<i>1.2 Estudo diagnóstico do SEN</i>	<i>11</i>
<i>1.2.1 Dispositivo de produção das estatísticas.....</i>	<i>11</i>
<i>1.2.2 Capacidades do SEN.....</i>	<i>14</i>
<i>1.2.3 Estado da produção estatística, da difusão e do arquivamento</i>	<i>18</i>
<i>1.2.4 Análise da procura e da oferta estatística.....</i>	<i>21</i>
<i>1.2.5 Síntese das forças, fraquezas, ameaças e oportunidades.....</i>	<i>22</i>
<i>1.2.6 Desafios a enfrentar.....</i>	<i>24</i>
2. MISSÃO, PRINCÍPIOS E VISÃO DO SEN.....	26
<i>2.1 Missão do SEN</i>	<i>26</i>
<i>2.2 Princípios orientadores ou valores do SEN</i>	<i>27</i>
<i>2.3 Visão.....</i>	<i>30</i>
3. EIXOS ESTRATÉGICOS	32
<i>3.1 Identificação dos eixos</i>	<i>32</i>
<i>3.2 Declinação dos eixos em objetivos e resultados operacionais</i>	<i>33</i>
<i>3.2.1 Eixo 1 : Melhoria do quadro institucional e organizacional do SEN</i>	<i>33</i>
<i>3.2.2 Eixo 2: Reforço de capacidades dos recursos humanos, materiais e financeiros</i>	<i>34</i>

3.2.3 Eixo 3 : <i>Melhoria da produção estatística</i>	35
3.2.4 Eixo 4: <i>Promoção da divulgação, arquivamento, comunicação e utilização de estatísticas</i>	35
3.3 <i>Quadro lógico</i>	36
4. PLANO DE ACÇÃO	37
4.1 <i>Custo total da implementação da ENDE</i>	37
4.2 <i>Plano de financiamento da ENDE</i>	40
4.3 <i>Mecanismos e estratégias de mobilização dos recursos</i>	40
5. DISPOSITIVO DE IMPLEMENTAÇÃO E SEGUIMENTO	42
5.1 <i>Princípios orientadores</i>	42
5.2 <i>Dispositivo institucional</i>	42
5.3 <i>Mecanismo e ferramentas de seguimento-avaliação</i>	43
5.4 <i>Hipóteses e riscos</i>	43
CONCLUSÃO	45
<i>Anexo 1: Quadro lógico da ENDE 2018-2021</i>	46
<i>Anexo 2: Tabela detalhada do Plano de Acção da ENDE 2018-2021</i>	54

LISTA DAS ABREVIATURAS

AFRISTAT	Observatório Económico e Estatístico da África Subsaariana
AT	Agenda de Transformação
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de São Tomé e Príncipe
CAE	Carta Africana de Estatística
CEA	Comunidade Económica das Nações Unidas para a Africa
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da Africa Central
CNE	Conselho Nacional de Estatística
DAF	Direcção da Administração e Finanças
DDT	Direcção de Desenvolvimento Turístico
DGAP	Direcção Geral da Administração Pública
DGC	Departamento de Gestão de Contas
DGRN	Direcção Geral dos Registos e Notariado
DGTH	Direcção Geral do Turismo e Hotelaria
DI	Direcção de Indústria
DP	Direcção das Pescas
DEIECA	Direcção de Estatísticas, Informação, Educação e Comunicação Ambiental
DEP	Direcção de Estatística e Planeamento
DERP	Documento Estratégico de Redução da Pobreza
DESA	Direcção de Estatística e Segurança Alimentar
DTEFP	Direcção do Trabalho, Emprego e Formação Profissional
IOC	Inquérito ao Orçamento do Consumo
IDS	Inquérito Demográfico e de Saúde
EMAE	Empresa Nacional de Agua e Electricidade
ENCO	Empresa Nacional de Combustível e Óleo
ENSAE	Escola Nacional de Estatística e Análise Económica-Dakar
ET	Equipa Técnica

FFOA	Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Estatística
IHPC	Índice Harmonizado dos Preços para o Consumo
INE	Instituto Nacional de Estatística
IOV	Indicador Objectivamente Verificável
EEE	Engenheiro Estatístico Economista
ETE	Engenheiro de Trabalhos Estatísticos
JAE	Jornada Africana das Estatísticas
DME	Dia Mundial das Estatísticas
MADR	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MEAS	Ministério do Emprego e Assuntos Sociais
MECSC	Ministério da Educação, Comunicação, Ciência e Cultura
MFCEB	Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul
MJDHAP	Ministério da Justiça, Direitos Humanos e Administração Pública
MICS	Inquérito Agregado de Indicadores Múltiplos
MIRNE	Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente
MJD	Ministério da Juventude e Desportos
MS	Ministério da Saúde
NTIC	Nova Tecnologia de Informação e Comunicação
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
PAAE	Plano/Programa Anual de Atividades Estatísticas
PAME	Plano de Acção de Marraquexe para as Estatísticas
PAO	Plano de Acção Operacional
PARIS21	Parceria Estatística ao Serviço do Desenvolvimento no Século 21
PEID	Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento
PFEO	Princípios Fundamentais da Estatística Oficial
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTF	Parceiro Técnico e Financeiro
RDSTP	República Democrática de São Tomé e Príncipe
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação

RNA	Recenseamento Nacional da Agricultura
SCN	Sistema de Contabilidade Nacional
SMF	Serviço de Migração e Fronteiras
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística
SEM	Serviço Estatístico Ministerial
SEN	Sistema Estatístico Nacional
STP	São Tomé e Príncipe
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
UA	União Africana
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Criança e a Mulher
USTP	Universidade de São Tomé e Príncipe

INTRODUÇÃO

Desde a Mesa Redonda Internacional sobre a Gestão do Desenvolvimento orientada sobre os Resultados de 2004 e o Plano de Acção de Marraquexe para as Estatísticas (PAME) que dela resultou, quase todos os Estados africanos iniciaram um processo de modernização dos seus Sistemas Estatísticos Nacionais (SEN). É neste contexto que o Governo são-tomense, consciente da importância das estatísticas na concepção, planificação, implementação e seguimento-avaliação das políticas e programas, dotou-se em 2009 de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística (ENDE) para o período 2009-2018.

A avaliação a meio percurso desta ENDE realizada em 2016 revelou uma implementação pouco satisfatória com uma taxa de realização de 37,95%.

Tendo em conta a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe (PND) 2017-2021 e as recomendações para um alinhamento das ENDE às políticas nacionais de desenvolvimento, a missão de avaliação sugeriu a elaboração de uma nova ENDE com o objectivo de respeitar esta exigência e de dispor, durante o período, de indicadores de seguimento e avaliação do PND.

O PND 2017-2021, denominado "um crescimento acelerado, redutor da pobreza e protector do ambiente", é o primeiro plano quinquenal de implementação da Agenda de Transformação (AT) de São Tomé e Príncipe no horizonte 2030, elaborado em 2015, cujo objetivo principal é transformar o país de forma que "os são-tomenses vivam decentemente num país estável, democrático e solidário, em vias de modernização e oferecendo serviços de qualidade ao nível da região e ao nível global".

Fazer face a este desafio, exige da nação, esforços para a modernização do seu aparelho estatístico de produção, de modo a disponibilizar regularmente aos utilizadores e dentro do prazo, estatísticas completas, fiáveis e coerentes, necessárias para o seguimento e avaliação do PND, bem como das agendas internacionais, nomeadamente os ODS e a Agenda 2063 da União Africana.

Dessa forma, o Governo decidiu elaborar, com o apoio técnico e financeiro de PARIS21, uma nova ENDE para o período 2018-2021.

A elaboração da ENDE 2009-2018 foi feita segundo um processo participativo que incluiu todos os actores do sistema estatístico nacional com, nomeadamente, o engajamento das autoridades que procederam ao seu lançamento.

A ENDE apresenta uma estrutura detalhada e global que permite avaliar continuamente as necessidades crescentes do utilizador e reforçar as capacidades estatísticas, de modo a responder a essas prioridades de maneira coordenada, sinérgica e eficaz. Ela fornece ainda, um quadro para mobilizar os recursos nacionais e internacionais e constitui a base para uma gestão estratégica do SEN eficaz e orientada para resultados.

O presente documento que toma em consideração os resultados obtidos articula-se à volta de cinco (05) pontos:

1. Diagnóstico do SEN;
2. Missão, princípios e visão do SEN;
3. Definição dos eixos estratégicos;
4. Plano de acção;
5. Dispositivo de implementação e de seguimento-avaliação.

1. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

1.1 Avaliação da implementação da ENDE 2009-2018

"Tornar-se um instrumento de excelência, moderno, avaliado publicamente na produção da informação estatística de qualidade, capaz de servir as ideias dos decisores da classe política, da Administração Pública e da sociedade civil, estabelecendo-se como uma das alavancas do progresso no desenvolvimento do país ", esta foi a visão da ENDE 2009-2018.

Para o efeito, Três (03) eixos foram definidos, à saber:

- ✓ *Eixo 1: Melhorar a organização do SEN, reforçar as capacidades institucionais, estimular a coordenação, a cooperação e a parceria;*
- ✓ *Eixo 2: Consolidar e desenvolver a produção estatística, garantir a qualidade e a disseminação ;*
- ✓ *Eixo 3: Desenvolver os recursos humanos, financeiros e materiais*

Onze (11) objetivos operacionais foram assim definidos, sendo 3 para o eixo 1, 5 para o eixo 2 e 3 para o eixo 3.

Em 2016, uma avaliação a meio percurso para o período 2009-2015¹ revelou que, apesar de um ambiente institucional deletério, a implementação da ENDE permitiu: (i) a melhoria da produção estatística e (ii) a melhoria das condições de trabalho em termos de remuneração do pessoal do INE.

No que diz respeito à produção estatística, constatou-se que o INE produz regularmente as contas nacionais, o Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC) e o comércio externo, apesar dos problemas de recolha de informação que, na maioria dos casos, tem a ver com dificuldades de financiamento interno. Do mesmo modo, com o apoio dos PTF, realizaram-se as grandes operações estatísticas, o que permitiu fornecer aos decisores e outros utilizadores,

¹ Relatório de missão de avaliação a meio percurso da estratégia nacional de desenvolvimento da estatística 2009-2018 de São Tomé e Príncipe, 8-12 de fevereiro de 2016.

dados para apoiar as políticas e programas nacionais de desenvolvimento, de entre os quais, a DERPII.

No que diz respeito à melhoria das condições de trabalho, o Governo fez esforços para aumentar significativamente o nível de remuneração do pessoal do INE em 2015. Este aumento salarial deu uma motivação suplementar aos agentes para o desempenho das suas tarefas. O Governo deve estender estes esforços para outros funcionários dos serviços estatísticos sectoriais (SES), de modo a harmonizar os salários dentro do SEN.

No que diz respeito aos resultados, a avaliação constatou que a taxa global de execução da ENDE, num total de 94 actividades, é de 37,95%, sendo 50,24% para o eixo 2, 43,63% para o eixo 3 e 20,00% para o eixo 1.

Tabela 1: Taxa de realização da ENDE de São Tomé e Príncipe por eixo estratégico entre 2009 e 2015

Eixos da ENDE	Número de actividades		% de realizações
	Previstas	Realizadas ou em fase de realização	
Eixo 1: Melhorar a organização do SEN. Reforçar as suas capacidades institucionais. Estimular a coordenação, a cooperação e a parceria.	21	6	20,00 %
Eixo 2: Consolidar e desenvolver a produção estatística, garantir a qualidade e a divulgação	62	37	50,24 %
Eixo 3: Desenvolver os recursos humanos, financeiros e materiais	11	5	43,63 %
Total da ENDE	94	48	37,95 %

As principais lições a tirar resumem-se aos seguintes pontos:

- (i) insuficiência de coordenação institucional que teve como consequência a ausência de programação anual de implementação da ENDE no seio do SEN (o INE tinha o seu próprio programa anual, mas não alargado aos sectores);
- (ii) a programação das actividades da ENDE não baseada nas realidades do país, que é um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, com recursos limitados e dependendo em grande parte do apoio orçamental dos PTF, pouco previsíveis;

(iii) a fraca qualidade e quantidade dos recursos humanos para impulsionar a produção estatística a um nível suficientemente elevado.

As lições retiradas desta avaliação, bem como o conjunto de dificuldades encontradas na implementação da ENDE 2009-2018, foram tidas em conta no desenvolvimento da nova ENDE 2018-2021.

1.2 Estudo diagnóstico do SEN

No que diz respeito ao sistema de produção, às capacidades do SEN, o estado da produção estatística, a divulgação e o arquivamento, a análise da oferta e a procura de estatísticas, bem como uma síntese das forças e fraquezas do SEN.

1.2.1 Dispositivo de produção das estatísticas

1.2.1.1 *Quadro jurídico e institucional do SEN*

A Lei de Bases nº 5/98 do SEN regula o exercício da atividade estatística no interior do SEN. Esta lei organiza a estrutura pública do SEN, define a sua missão e o papel de cada um das suas componentes. Cria um Conselho Nacional de Estatística (CNE), órgão de coordenação da atividade estatística. O CNE reúne os produtores e utilizadores de estatísticas oficiais. Propõe ao Governo as grandes orientações gerais das actividades estatísticas nacionais.

Infelizmente, a última reunião realizada por este Conselho data de 2003. No entanto, tem-se realizado reuniões regulares entre o INE e alguns sectores. O disfuncionamento do CNE resulta, não somente da sua composição, mas também e sobretudo, da instabilidade política que o país conheceu bem antes de 2014. É por isso que a primeira ENDE, cuja implementação cobriu o período 2009-2018 havia recomendado que esta lei de 1998 fosse actualizada para estar em conformidade com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais (PFEO) e pelas directrizes da Carta Africana de Estatística. O objetivo era melhorar a organização do sistema estatístico nacional.

Nesse sentido, foi elaborado um projecto de lei que organiza o SEN, mas este texto ainda não foi adoptado e esta situação constitui um factor de bloqueio para a reforma do SEN. Torna-se necessário reforçar a advocacia com as autoridades políticas para alcançar este objetivo.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) através da Lei nº5/98 de bases do SEN que o cria, é o órgão central de produção do sistema estatístico nacional.

O INE tem por missão, entre outras, de: (i) dirigir, coordenar e executar as atividades estatísticas nacionais, de conformidade com as decisões do CNE aprovadas pelo ministério

responsável, bem como a centralização e divulgação de estatísticas oficiais do país; (ii) realizar os recenseamentos e os inquéritos estatísticos de base; (iii) produzir as contas nacionais; (iv) elaborar projetos de normas técnicas, nomenclaturas, conceitos e definições estatísticas e outras ferramentas técnicas de coordenação estatística para serem submetidas ao CNE; (v) criar e manter permanente a atualização do registo geral de empresas e estabelecimentos para fins estatísticos; (vi) realizar estudos económicos, sociais e demográficos com base em informações estatísticas oficiais produzidas no âmbito do SEN; (vii) cooperar com organizações estatísticas estrangeiras e internacionais, particularmente na melhoria dos métodos e técnicas estatísticas, bem como a formação profissional no domínio das estatísticas.

O INE é uma Direcção Geral da Administração Central e tem como tutela o Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul.

A sua gestão administrativa e financeira é da responsabilidade do Diretor Administrativo e Financeiro (DAF) do referido Ministério. Esta organização e gestão do INE continua a ser inadequada para o cumprimento das suas missões no que diz respeito à sua cooperação com os PTF na realização de operações estatísticas. A título de exemplo, a abertura de uma conta bancária pelo INE está sujeita à aprovação prévia do Ministro responsável da tutela.

Esta situação sobrecarrega os procedimentos administrativos e a obtenção de vários documentos. Por conseguinte, como parte das reformas para melhorar o SEN, a ENDE 2009-2018 havia previsto a mudança de estatuto do INE com uma relativa autonomia administrativa e financeira. Essa transformação também deverá permitir que o INE disponha de mais recursos financeiros e humanos para uma produção estatística de qualidade. Esta mudança tão esperada ainda não aconteceu. Um projeto de estatuto está disponível e a ser analisado ao nível do Governo.

1.2.1.2 Quadro organizacional do SEN

O SEN é descentralizado com um INE forte e serviços/órgãos delegados alojados nos Ministérios, sob proposta da Direcção-Geral do INE. Assim, em 2004, o INE propôs a criação de cinco serviços estatísticos em cinco ministérios, que se tornou efectivo através de um decreto ministerial conjunto entre o Ministério de tutela do INE e os ministérios envolvidos. São eles: (i) Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural; (ii) Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação; (iii) Ministério da Saúde; (iv) Ministério do Emprego e Assuntos Sociais; v) Ministério da Justiça, Direitos Humanos e Administração Pública.

O objetivo desses serviços estatísticos ministeriais é produzir estatísticas dentro das suas áreas de competência. Especificamente, essas estruturas asseguram, por um lado, a recolha e o tratamento de informações estatísticas e, por outro lado, o planeamento das atividades dos ministérios.

Porém, constata-se que essas estruturas encarregadas das estatísticas estão inseridas segundo os Ministérios, ao nível de um Departamento ou de uma Direcção dedicada, ou não, apenas às atividades estatísticas e não têm um orçamento para o seu funcionamento nem recursos humanos adequados. Esta situação tem um impacto na produção estatística nesses ministérios, uma vez que as atividades estatísticas são, na maioria das vezes, negligenciadas. O caso mais óbvio é o do Ministério da Saúde, um sector-chave do desenvolvimento social que não dispõe, até ao momento, de um serviço estatístico funcional.

Seria, portanto, necessário propor uma estrutura de organização estatística ministerial modelo, com uma inserção institucional que lhe permitisse desempenhar plenamente o seu papel com uma definição do seu modo de financiamento.

Por outro lado, o INE, tendo em conta o disfuncionamento do CNE, procura assegurar a coordenação, particularmente na elaboração, seguimento-avaliação da implementação da ENDE e a organização de outros quadros de intercâmbio. Mas, esta coordenação ainda é muito insuficiente. Os interlocutores do INE, na maior parte dos outros serviços, são inexistentes. Esta situação leva o INE a elaborar o seu programa anual sem tomar em consideração as actividades dos outros serviços estatísticos sectoriais, o que também não favorece a coordenação no seio do SEN.

1.2.1.3 Ferramentas de seguimento da implementação da ENDE 2009-2018

O mecanismo de seguimento e avaliação da ENDE 2009-2018 previa a elaboração anual de um Programa Anual de Atividades Estatísticas (PAAE) e um relatório anual sobre o funcionamento do SEN. Por outro lado, uma avaliação a meio percurso com o objectivo de propor, com base nas lições aprendidas os ajustamentos necessários para que a ENDE pudesse atingir os seus objectivos no final de 2018, assim como uma avaliação final estavam também programados.

Tendo em conta a fragilidade da coordenação, nomeadamente a falta de interlocutores ao nível de determinados SES, o INE elaborava anualmente o seu próprio Plano de Acção Operacional (PAO), que actualizava as suas actividades inscritas na ENDE. Do mesmo modo, o INE produziu regularmente um relatório de execução das suas actividades.

Por último, uma avaliação a meio percurso para o período 2009-2015 foi realizada em Fevereiro de 2016. A principal recomendação que saiu desta avaliação foi a elaboração de uma nova ENDE para o período de 2017-2021, de modo a alinhá-la com o novo Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021 de São Tomé e Príncipe para maior coerência e eficácia nas ações a realizar.

Para este efeito, e visto que os objetivos da ENDE 2009-2018 não foram alcançados a três anos do seu término (37,95% de taxa de conclusão no final de 2015) sugere-se, no contexto da nova ENDE, uma atualização da visão e dos eixos estratégicos tendo em conta o estatuto de São Tomé e Príncipe como Pequeno Estado Insular, com uma dependência de cerca de 80% do exterior em termos de financiamento das suas actividades.

1.2.2 Capacidades do SEN

A utilização dos questionários de recolha de informação nas direcções de produção do INE e nos serviços estatísticos sectoriais, combinados com entrevistas complementares, revela que os principais constrangimentos do SEN têm como origem a fragilidade dos recursos humanos, assim como a insuficiência de recursos materiais e financeiros. Essa situação afeta negativamente na satisfação das necessidades dos utilizadores.

Tendo em conta o facto de que todos os serviços estatísticos sectoriais (com excepção da educação) não funcionam de forma efectiva, os dados contidos nas diferentes tabelas abaixo referem-se apenas ao INE.

1.2.2.1 Recursos Humanos

A fragilidade dos recursos humanos, tanto em quantidade como em qualidade é um dos principais obstáculos à produção de estatísticas. Num total de 42 agentes em 2017, o INE tem apenas dois quadros com formação básica em estatística: um Demógrafo e um Engenheiro de Trabalhos Estatísticos (ETE). Ao nível sectorial, o problema é ainda mais gritante. Com efeito, para além da educação, o efectivo dos outros serviços é limitado a 2 ou mesmo a um único agente que também, na maioria dos casos, não tem uma formação em estatística.

Quase todos os quadros que trabalham no INE (85,7%) são economistas, matemáticos, informáticos e geógrafos. Esses quadros, embora assegurem todo o trabalho estatístico, precisam melhorar as suas competências em ferramentas e técnicas estatísticas em determinadas áreas específicas e no tratamento, análise e divulgação de dados.

Vários esforços têm sido desenvolvidos nos últimos anos para reforçar as capacidades do pessoal, nomeadamente ao nível do INE. Em termos de recrutamento, entre 2015 e 2017, onze (11) novos quadros entraram para o INE. Foram também elaborados programas de reforço de capacidades e peritos do AFRISTAT e outros consultores puderam melhorar o nível do pessoal responsável pelas contas nacionais e IHPC. Estes esforços devem ser prosseguidos e alargados a outras áreas de atividade, com vista a consolidar as realizações e desenvolver a produção estatística.

Para remediar alguns destes problemas, a Direcção Geral do INE acaba de obter do UNFPA o apoio para a formação anual de duas pessoas nas profissões da estatística na Escola Nacional de Estatística de Análise Económica (ENSAE) de Dakar no período de 2017-2021. A longo prazo serão portanto, quase 10 novos agentes com formação de base em estatística que deverão integrar o SEN e aumentar a produção até 2021.

Tabela 2 : Repartição do pessoal do INE por categorias em julho de 2017

Categorias	Efectivos	%
<i>Quadros formados em escolas de Estatística</i>	2	4,8
Agentes técnicos da estatística	0	
Adjuntos técnicos da estatística	0	
Engenheiros de obras estatísticas	1	2,4
Engenheiros estatísticos economistas	0	
Demógrafos	1	2,4
<i>Quadros não formados nas escolas de estatística</i>	36	85,7
Economistas/Gestores	9	21,4
Matemáticos	3	7,1
Informáticos	5	11,9
Geógrafos	2	4,8
Outros quadros	17	40,5
<i>Pessoal de apoio</i>	4	9,5
Empregados de escritório	2	4,8
Motoristas	2	4,8
Total	42	100

Fonte: INE

1.2.2.2 Recursos materiais

As últimas operações estatísticas realizadas permitiram de dotar o INE de material informático e de escritório em quantidade e qualidade suficientes. Cada agente tem, pelo menos, um computador de mesa para realizar as suas atividades. O problema a ser resolvido diz respeito, se calhar, à manutenção por falta de recursos suficientes, o que poderia alterar o seu estado de

funcionamento. Por outro lado, frequentes cortes de electricidade começam também a alterar o estado desses materiais na ausência de UPS de segurança.

Em relação aos meios rolantes para a recolha de dados, o INE possui apenas um veículo de recolha, que aliás, não está em boas condições de funcionamento. Os orçamentos de projetos financiados pelos parceiros financiam o aluguel de veículos em vez de sua compra. O Estado raramente dá uma contribuição para a realização desses projetos.

A nível sectorial, os equipamentos e material informático quando existem são vetustos (mais de 10 anos) e em número insuficiente (2 computadores de mesa para 4 pessoas na saúde).

A combinação de todas essas fragilidades tem um impacto negativo na produção geral do SEN.

Tabela 3: Repartição do material do INE em Julho de 2017

Material	Quantidade
Computador de mesa de mais de 5 anos	42
Computador de mesa de menos de 5 anos	0
Computador portátil	9
Impressora	7
Fotocopiadoras	2
Veículos todo terreno (4 rodas)	1
Outros veículos (de 4 rodas)	0
Motos e ciclomotores	0

Fonte: INE

1.2.2.3 Recursos financeiros

A análise dos recursos financeiros afectados à execução das actividades estatísticas é muito complexa a nível sectorial dada à dificuldade em se identificar a parte do orçamento afectada à produção estatística, ou mesmo a ausência de dotações especificamente destinadas às actividades estatísticas.

Quanto ao INE, as dotações orçamentais que recebe do Estado são insuficientes, tendo em conta o grande volume de actividades a serem realizadas a cada ano para produzir as estatísticas na maioria das áreas de actividade socioeconómica. Essas dotações cobrem aliás, apenas o funcionamento, hipotecando assim os investimentos, nomeadamente, os meios de recolha

(motos, veículos). No entanto, durante as conferências orçamentais, as despesas projetadas pelo INE são tomadas em consideração, tanto para o funcionamento como para o investimento. Mas, os limites dos recursos do Estado que dependem em 80% dos financiamentos externos não permitem um abastecimento consequente do INE no momento da execução.

A consequência desta situação é que a maioria das operações estatísticas são financiadas inteiramente pelos PTFs. Por exemplo, o 3º Inquérito ao Orçamento de Consumo em curso actualmente num montante de US \$ 600.000 é financiado a 100% pelo Banco Mundial. O mesmo se aplica às principais operações estatísticas, como o MICS de 2014, que também é financiado a 100% pelo UNICEF e pelo FUNDO GLOBAL/PNUD.

Sendo as estatísticas um bem público e, portanto, sob a soberania do Estado, deve ser encontrada muito rapidamente uma solução no âmbito da implementação da ENDE 2018-2021, através da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Estatístico (FNDE). Esta solução é recomendada pela Carta Africana de Estatística (ratificada pela República Democrática de São Tomé e Príncipe) em vigor desde 2015, que estipula no seu artigo 7º que "a Comissão da União Africana deve assegurar que os Estados criem um fundo nacional para o desenvolvimento da estatística".

A tabela seguinte apresenta a evolução do orçamento executado pelo INE entre 2014 e 2016 e as projecções de 2017.

Tabela 4: Evolução do Orçamento executado pelo INE entre 2014 e 2017 (Em EUROS)

Anos	2014	2015	2016	2017*
Funcionamento	102 041	281 234	281 234	281 234
Investimento	-	-	-	-
Assistência IPC e ERE-TES	16 927	10 699	-	-
Total orçamento executado	118 968	291 934	281 234	281 234

Fonte: INE

N.B : 1 EURO = 24 500 Dobras STP

** projecção, será validada apenas no fim do ano 2017*

A análise da tabela mostra que o orçamento executado, constituído principalmente por funcionamento, conheceu um aumento de 144,4% entre 2014 e 2015. Este aumento está ligado a um ligeiro aumento do nível de salários em 2015, reflectindo assim a vontade do Governo em

melhorar as condições de trabalho do pessoal, de modo a motivá-los mais e mantê-los no INE, de modo a reforçar a produção estatística. Estes esforços devem ser encorajados e prosseguidos, de modo a elevar o nível salarial ao das outras Direcções do Ministério das Finanças (Impostos e Alfândegas).

1.2.3 Estado da produção estatística, da difusão e do arquivamento

1.2.3.1 *Estatísticas demográficas e sociais*

As estatísticas demográficas e sociais incluem as estatísticas sobre a população e migração, trabalho, educação, saúde, rendimento e despesa, habitação, protecção social, cultura e justiça.

No domínio das estatísticas sobre a população, a procura é coberta pela produção estatística. A oferta de estatísticas sobre a população vem dos vários recenseamentos de população e de habitação realizados em 1981, 1991, 2001 e 2012, dados do Inquérito Demográfico e de Saúde (EDS 2009) e dados de inquéritos de Indicadores Múltiplos (MICS 2000, 2006 e 2014).

Graças ao último Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) realizado em 2012, com a utilização de terminais móveis (PDA) ou recolha assistida por computador (CAC) no âmbito da Cooperação Sul-Sul (empréstimo PDA e apoio técnico do Brasil) e o inquérito MICS 2014 com apoio técnico do UNICEF, os dados sobre a população estão actualizados, o que permite ter bases de sondagem fiáveis para a realização de outros inquéritos de âmbito regional ou nacional.

Os relatórios destas operações foram produzidos e tornados públicos e publicados no site internet do INE. A exploração dos dados do RGPH permitiu produzir o directório das localidades no 1º trimestre de 2016 e de realizar as projecções demográficas para 2035. Além disso, o inquérito MICS de 2014 fornece indicadores pertinentes sobre a saúde da mulher e da criança sobre as características dos alojamentos das famílias e seus níveis de equipamento, o acesso à água e ao saneamento, bem como aos serviços de educação e saúde.

As estatísticas sobre os perfis da pobreza também estão disponíveis graças aos Inquéritos ao Orçamento de Consumo (IOC) realizados em 2000 e 2010. Um novo inquérito (2017) em curso, com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial ajudará a estabelecer um novo perfil de pobreza e fornecer indicadores para os ODS.

Ao nível das estatísticas escolares que se traduzem em boletins anuais, a qualidade dos dados produzidos é confiável. Estes resultados encorajadores são obtidos por ferramentas de recolha standardizados, indicadores harmonizados com os indicadores definidos a nível internacional, uma administração descentralizada com um circuito de transmissão e/ou retorno de dados dos

serviços descentralizados (6 distritos) para as regiões (4 regiões) e depois para o nível central perfeitamente controlado.

Como prova, o boletim estatístico de educação 2016-2017 está disponível desde julho de 2017. O bom desempenho destas estatísticas deve-se, principalmente, às seguintes razões: (i) pessoal de bom nível (um especialista em ciências da educação e um economista do trabalho); (ii) necessidade das autoridades disporem desses dados para a tomada de decisão; (iii) sector privilegiado na política de luta contra a pobreza.

No entanto, esforços ainda devem ser feitos neste sector da educação, nomeadamente no domínio de reforço de capacidades.

Para o resto dos sectores (saúde, emprego, justiça etc.), será necessário proceder a um reforço de capacidades e criar uma organização modelo para alcançar um bom nível de produção. Com efeito, a insuficiência de financiamento, pessoal e equipamento inibem a recolha e o tratamento dos dados.

1.2.3.2 Estatísticas económicas e financeiras

As estatísticas económicas dizem respeito às contas nacionais, às estatísticas das empresas, da agricultura, pecuária, pescas, energia, transportes, finanças públicas, comércio externo, balança de pagamentos, preços, etc.

As contas nacionais de 2001 a 2016 foram produzidas regularmente com uma metodologia de contabilidade rápida, de acordo com o Sistema de Contas Nacionais de 1993 (SNA93). O INE iniciou a renovação das contas nacionais com um novo ano base (2008) e as primeiras contas também já estão disponíveis. Os trabalhos estão em curso de modo a disponibilizar as contas definitivas de 2015 antes do final de 2017.

Esforços devem ser feitos para alcançar a mudança no ano de base das contas nacionais com a implementação do SCN 2008, como recomendado pela Comissão de Estatística das Nações Unidas.

Ao nível dos dados de rotina, o Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC), as estatísticas do comércio externo e as estatísticas das empresas são publicados regularmente.

Em relação ao IHPC, produzido com o ano base de 1996, os trabalhos para a sua renovação com uma cesta mais ampla e representativa em termos de produtos (423 contra 190), de pontos de venda e uma mudança do ano de base (2014), foram concluídos desde o primeiro trimestre de 2016. No final de julho de 2017, o IHPC de Junho de 2017 já estava disponível.

Relativamente ao comércio externo, a produção também é regular. Os dados recolhidos na Direcção das Alfândegas (DA) permitiram a elaboração de 02 (duas) publicações: (i) a nota da imprensa sobre o comércio externo, que é publicada semestralmente e da qual a do segundo semestre já está disponível; (ii) o anuário das estatísticas do comércio externo, sendo o de 2016, também já disponível.

A nível da conjuntura, o boletim mensal quantitativo de maio de 2017 está disponível. Em contrapartida, o qualitativo precisa de um inquérito e acusa um atraso nas suas edições, por falta de financiamento.

As estatísticas agrícolas não estão centralizadas ao nível do Departamento de Estatística Agrícola. De facto, desde 1990, ano do último Recenseamento Nacional da Agricultura (RNA), já não existe um sistema de informação organizado com, por exemplo, uma base de dados centralizada para a elaboração dos anuários. Os dados sobre o cacau, café e pimenta estão dispersos em diferentes direcções (Direcção da Agricultura, Pecuária, Silvicultura). É, portanto, imperativo tudo fazer para realizar, o mais rapidamente possível, o próximo recenseamento nacional da agricultura e pecuária, de modo a estabelecer um sistema permanente de recolha de dados.

Em relação às estatísticas de energia e hidráulica, elas são fornecidas regularmente pela empresa de água e eletricidade (EMAE). Quanto aos dados sobre os produtos de petróleo, eles são produzidos pela Empresa Nacional de Combustível e Óleo (ENCO).

As estatísticas monetárias e financeiras são bem mantidas, regulares e acessíveis. A Direcção do Tesouro publica, mensal e trimestralmente, dados sobre a Tabela das Operações Financeiras do Estado (TOFE) e a dívida. O Banco Central de STP (BCSTP), por seu lado, publica regularmente estatísticas monetárias, a taxa de câmbio e a balança de pagamentos.

1.2.3.3- Estatísticas ambientais

As estatísticas ambientais são da responsabilidade do Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente. Com o surgimento dos ODS e de modo a dispor regularmente de dados sobre esta área emergente, tornou-se efectiva a delegação da produção do INE, através da criação de uma Direcção de Estatística Ambiental. Ela deverá permitir o fornecimento de dados para cobrir as necessidades.

1.2.3.4 Divulgação e arquivamento

Para uma melhor visibilidade dos produtos do INE, deve ser considerada a elaboração e implementação de uma política de divulgação e comunicação.

O INE beneficiou de uma formação sobre a documentação de inquéritos utilizando o Toolkit. Esta actividade permitiu o arquivamento de 5 inquéritos cujo lançamento on-line, infelizmente ainda não é efectivo, por falta de formação em NADA e de disponibilidade de equipamentos informáticos apropriados. Poderão ser feitas solicitações ao Banco Mundial que tem um programa dedicado a essa atividade.

Para além dessas conquistas, a maioria das estatísticas existentes não são arquivadas eletronicamente. Um número muito reduzido de publicações em papel para todo o SEN limita-se a anuários, boletins, relatórios e resultados de inquéritos ou recenseamentos. São quase todas elas produzidas pelo INE.

1.2.4 Análise da procura e da oferta estatística

A procura estatística apresenta-se sob duas formas: uma procura estrutural e uma procura circunstancial.

A procura estrutural é expressa com base na produção de estatísticas correntes regulares pelo INE e pelos serviços estatísticos ministeriais. Este tipo de solicitação requer, para uma resposta adequada, financiamento do Governo para a recolha e exploração de fontes administrativas de dados. Neste aspecto, o INE é capaz de satisfazer a procura na área das contas económicas, onde a produção é regular e de qualidade. Da parte dos sectores, a procura dificilmente é satisfeita, com excepção das estatísticas da educação.

A procura circunstancial refere-se principalmente a inquéritos e recenseamentos. Permite de esclarecer aspectos particulares da economia e/ou da sociedade no momento da concepção, implementação e seguimento das políticas económicas ou sociais de ordem sectorial geral ou setorial. Neste grupo intervêm as novas necessidades em termos de indicadores para o seguimento dos engagements internacionais, nomeadamente os ODS e a Agenda 2063 da União Africana, à qual São Tomé e Príncipe subscreveu livremente. A satisfação deste tipo de solicitação é assegurada através do apoio técnico e financeiro das PTFs, o que permite a realização de grandes operações estatísticas. O INE para o período 2009-2017 realizou quase todas as operações programadas, excepto os inquéritos Quibb para os quais o financiamento ainda não foi mobilizado.

Nos últimos anos, surgiu um novo tipo de procura, a procura de micro-dados proveniente de analistas, pesquisadores e universitários. A sua satisfação ainda não está garantida devido à confidencialidade dos dados e, principalmente, ao não domínio das técnicas de anonimização dos dados, a fim de evitar uma identificação direta ou indireta das unidades estatísticas

inqueridas pelos utilizadores. Um assunto que deverá ser resolvido no âmbito do desenvolvimento de uma política de divulgação de dados e micro-dados.

1.2.5 Síntese das forças, fraquezas, ameaças e oportunidades

A análise do desempenho do SEN através do diagrama de SWOT (Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças) ou FFOA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) permite compreender as conquistas a consolidar e as fraquezas a corrigir, mas também o ambiente em que funciona o SEN, de modo a tomar as medidas adequadas para a sua melhoria contínua.

1.2.5.1 Forças ou pontos fortes

Apesar da difícil situação económica do país ligada ao seu estatuto de Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, com recursos internos limitados e dependente a 90% de recursos externos, constata-se que o SEN realizou, nos últimos anos, enormes progressos em termos de produção estatística que é preciso consolidar. Resumidamente, as principais forças que podem ser mencionadas são as seguintes:

- Existência de boas relações entre o SEN e os parceiros Técnicos e Financeiros;
- Produção regular dos indicadores macroeconómicos;
- Procura de estatísticas demográficas e sociais (educação), relativamente bem cobertas;
- Realização de quase todos os inquéritos e recenseamentos programados na ENDE 2009-2018;
- Utilização controlada dos Terminais móveis (PDA/Smartphones) na realização de inquéritos.

1.2.5.2 Fraquezas do SEN

As insuficiências persistem, tanto ao nível institucional como nas áreas de recursos humanos, financeiros, materiais, produção e divulgação. Na realidade, ainda há muito a ser feito na coordenação de actividades estatísticas. O CNE, órgão de coordenação, não funciona desde 2003, impedindo assim a definição de um programa nacional de actividades estatísticas. Neste ponto de vista, o INE, que desempenha o papel de coordenação técnica e administrativa, não consegue dar o impulso necessário. No geral, o maior problema do SEN é a dificuldade a produzir e divulgar dados estatísticos em tempo para atender à procura. As fragilidades do SEN podem ser resumidas da seguinte maneira:

- A não adopção da nova lei estatística;
- O não funcionamento do Conselho Nacional de Estatística;
- Insuficiência da coordenação estatística no seio do SEN;
- A ausência do quadro de diálogo institucional entre produtores e utilizadores de dados;
- A ausência dos serviços estatísticos nalguns departamentos ministeriais chaves como a saúde;
- A fraqueza da produção ao nível dos serviços estatísticos sectoriais;
- A ausência da abordagem de programação anual e, portanto, de planificação estratégica das atividades no seio do SEN;
- Fragilidade dos financiamentos do Estado atribuídos ao SEN.
- Insuficiência de recursos humanos em quantidade e em qualidade;
- A insuficiência de arquivamento e segurança dos dados;
- Uma divulgação insuficiente e em tempo real dos dados existentes;
- Ausência de um modo de transferência de dados entre os sectores e o INE;
- Insuficiência de meios materiais (sectoriais) e logísticos;
- Ausência de uma política formal de difusão de dados e micro-dados;
- Ausência de interconexão ou intranet entre o INE e os sectores;

1.2.5.3 Oportunidades do SEN

O SEN beneficia actualmente de várias oportunidades para serem aproveitadas e melhorar o seu desempenho. Elas apresentam-se da seguinte maneira:

- A estabilidade política do país desde 2014;
- A elaboração e a implementação futura do PND 2017-2021;
- A implementação da Agenda 2030 de STP: "São Tomé e Príncipe 2030: o país que devemos construir";
- Os preparativos para a 2ª Conferência Internacional de Investimentos e Parceiros de São Tomé e Príncipe;

- A implementação do novo Plano-Quadro de Apoio ao Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDAF) para o período 2017-2021;
- A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda da União Africana 2063;
- Implementação da Carta Africana de Estatística, entrada em vigor desde maio de 2015 e ratificada por São Tomé e Príncipe.

1.2.5.4 Ameaças ou Riscos

As principais ameaças que podem impedir o desenvolvimento do SEN são as seguintes:

- Não funcionamento, de facto, do CNE;
- Não reforço e/ou aumento dos efectivos em quantidade e em qualidade, tanto no INE como nos serviços estatísticos sectoriais;
- Uma forte dependência da realização de grandes operações estatísticas aos financiamentos externos.

1.2.6 Desafios a enfrentar

A procura de dados estatísticos cada vez maior e cada vez mais variada, com altos níveis de desagregação, coloca ao SEN desafios a enfrentar em várias áreas no período de 2018-2021.

1.2.6.1- *Desafios relacionados com o quadro institucional e organizacional*

- A adopção da nova lei estatística marcada pelo funcionamento eficaz do CNE, elo central de coordenação das actividades estatísticas;
- A redefinição do estatuto do INE com maior autonomia de gestão, nomeadamente maior flexibilidade na gestão administrativa e financeira dos seus recursos, como é o caso dos outros INE em África;
- A criação e funcionamento dos serviços estatísticos nos ministérios como a saúde, que ainda não tem.

1.2.6.2- *Desafios relacionados com os recursos humanos, materiais e financeiros*

Os principais desafios que o SEN tem a enfrentar nessa área são os seguintes:

- A reciclagem do pessoal do SEN;
- Promover a formação de novos técnicos em estatísticas em escolas de formação estatística ou na Universidade de STP em relação com as escolas de formação para a definição dos módulos de formação;
- Dotar, de forma consequente, o INE e os serviços estatísticos sectoriais com equipamento informático (sectorial) e meios rolantes;
- Criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Estatístico, conforme recomendado pela Carta Africana de Estatística;
- Revalorização dos salários dos funcionários do INE, como é o caso das outras direcções do Ministério das Finanças;
- Continuação do diálogo com as PTF com o objectivo de aumentar a sua assistência na implementação da ENDE 2018-2021.

1.2.6.3 *Desafios relacionados com a produção estatística*

O principal desafio é a produção regular em todas as áreas e nos prazos dos indicadores, com vista ao seguimento do PND 2017-2021, os ODS e a satisfação de todos os outros utilizadores.

1.2.6.4 *Desafios relacionados com a divulgação e arquivamento de dados*

- Promoção da divulgação e da comunicação;
- Arquivamento de dados e metadados;
- Promoção da utilização das estatísticas.

2. MISSÃO, PRINCÍPIOS E VISÃO DO SEN

2.1 Missão do SEN

De acordo com a Lei de Bases da Estatística nº 5/98, o SEN tem por missão de fornecer às administrações públicas, empresas, organizações, meios de comunicação social, investigadores e ao público, informações estatísticas relacionadas com os domínios económico, social, demográfico, cultural e ambiental. Especificamente, esta lei define no seu artigo 5º os objectivos do SEN de forma seguinte:

- ✓ Garantir que as atividades estatísticas oficiais sejam desenvolvidas de forma coordenada, integrada e racional, baseada em técnicas uniformes em todo o território nacional;
- ✓ Garantir que a recolha, tratamento, análise e divulgação das informações necessárias para orientar o país rumo ao desenvolvimento socioeconómico nos diferentes níveis sejam de boa qualidade, adequados e satisfatórios;
- ✓ otimizar a utilização de recursos humanos, técnicos, financeiros e materiais na produção das estatísticas oficiais e no desenvolvimento das atividades estatísticas, evitando duplicações de esforços e desperdício de recursos;
- ✓ Incentivar o interesse da população, instituições públicas e privadas e empresas na atividade estatística nacional, de forma a promover a sua participação na recolha de dados estatísticos relevantes, confiáveis e apropriados;
- ✓ Promover a análise e a utilização da informação estatística oficial entre os organismos públicos e privados e a comunidade no seu todo, para uma melhor compreensão da realidade nacional como um instrumento fundamental para a tomada de decisões a todos os níveis;
- ✓ Assegurar o funcionamento de um sistema nacional de informação económica e social de base estatística oficial, capaz de dar resposta às necessidades dos diferentes utilizadores;
- ✓ Proteger e preservar todas as informações estatísticas oficiais;
- ✓ Estimular e promover continuamente a formação e o desenvolvimento profissional do pessoal relacionado com a actividade nacional do SEN.

2.2 Princípios orientadores ou valores do SEN

Durante o período de implementação da ENDE 2018-2021, os princípios orientadores ou valores serão partilhados por todas as componentes da SEN. O sistema de informação basear-se-á em princípios científicos e regras deontológicas definidos a nível internacional pelas Nações Unidas (ver caixa) e pela Carta Africana de Estatística, reconhecidos para a recolha, tratamento, análise, divulgação e arquivamento de dados.

Caixa nº 1 : Princípios fundamentais da estatística oficial (PFEO) definidos pelas Nações Unidas

Princípio 1. A estatística oficial constitui um elemento indispensável do sistema de informação de qualquer sociedade democrática, ao fornecer às administrações públicas, ao setor económico e ao público dados sobre a situação económica, demográfica, social e sobre o estado do meio ambiente. A este propósito, os organismos responsáveis pelas estatísticas oficiais devem estabelecer estatísticas oficiais segundo um critério de utilização prática e disponibilizá-las, imparcialmente, de modo a tornar efetivo o direito de acesso à informação pelos cidadãos.

Princípio 2. De modo a manter a confiança na informação estatística oficial, os organismos responsáveis pela estatística devem determinar, com base em considerações puramente profissionais, nomeadamente princípios científicos e regras deontológicas, os métodos e procedimentos de recolha, tratamento, armazenamento e apresentação dos dados estatísticos.

Princípio 3. Para facilitar a interpretação correta dos dados, os organismos responsáveis pela estatística devem fornecer, com base em normas científicas, informações sobre as fontes, métodos e procedimentos que utilizam.

Princípio 4. Os organismos responsáveis pela estatística têm o direito de fazer observações sobre as interpretações erróneas e os usos abusivos das estatísticas.

Princípio 5. Os dados utilizados para fins estatísticos podem ser extraídos de uma variedade de fontes, desde inquéritos estatísticos até ficheiros administrativos. Os organismos responsáveis pela estatística devem escolher a sua fonte tomando em consideração a qualidade dos dados que podem fornecer, a sua actualidade, os custos e os encargos para os inquiridos.

Princípio 6. Os dados individuais recolhidos para o estabelecimento das estatísticas pelos organismos com essa responsabilidade, quer se trate de pessoas físicas ou morais, devem ser estritamente confidenciais e só devem ser utilizados unicamente para fins estatísticos.

Princípio 7. Os textos legislativos e regulamentares e todas as disposições que regem o funcionamento dos sistemas estatísticos devem ser levados ao conhecimento do público.

Princípio 8. Dentro de cada país, é essencial que as atividades dos diferentes organismos responsáveis pelas estatísticas sejam coordenados de forma a garantir a coerência e a eficiência do sistema estatístico.

Princípio 9. A utilização pelos organismos responsáveis pela estatística de cada país, de conceitos, classificações e métodos definidos internacionalmente promove a coerência e a eficácia dos sistemas estatísticos em todos os níveis oficiais.

Princípio 10. A cooperação bilateral e multilateral no domínio da estatística contribui para a melhoria dos sistemas de elaboração das estatísticas oficiais em todos os países.

No que diz respeito ao desenvolvimento da presente ENDE, são tomados em consideração os princípios das diretrizes emitidas pela PARIS21 e actualizados em Abril de 2017, em particular aqueles relacionados com os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, de que São Tomé e Príncipe faz parte.

Caixa n°2:)Princípios para a elaboração de uma boa ENDE (PARIS21)

1. A ENDE é apoiada por responsáveis políticos, dirigida e gerida pelo país.

A ENDE deve beneficiar do apoio e engajamento dos responsáveis políticos e ser defendida pelas altas autoridades nacionais. Para o efeito, deve ser inserida no contexto cultural e institucional nacional, e deve resultar de processos inclusivos e participativos efectivamente dirigidos ao nível nacional, envolvendo todas as partes interessadas. Deve ser reconhecida e entendida pelos agentes do SEN como um processo que visa melhorar as suas competências e conhecimentos em matéria de estatísticas.

2. A ENDE é elaborada a partir de uma abordagem metodológica sólida.

A ENDE deve fornecer uma avaliação do estado actual do SEN (onde estamos), incluindo uma apreciação completa dos dados estatísticos e da satisfação dos utilizadores avaliada de acordo com os critérios reconhecidos (Ponto de situação-Diagnóstico da situação do SEN) Deve apresentar também uma visão para as estatísticas nacionais (para onde queremos ir), estratégias para alcançar essa visão (como queremos lá chegar) que permitam remediar os constrangimentos institucionais e organizacionais e integrar todos os quadros de planificação das estatísticas e indicadores de desempenho (como sabemos que lá chegamos). Por esta razão, deve incluir subestratégias para a liderança e a gestão financeira, a promoção, os recursos humanos, a comunicação, as infraestruturas, os processos estatísticos de produção e os seus produtos, o arquivamento e o acesso aos dados e a sua divulgação.

3. Está alinhada com os objetivos políticos e orientada para os resultados e a sua qualidade atende às expectativas.

A ENDE deve estar focalizada na procura e de fácil compreensão, responder às necessidades e prioridades em termos de informação que permitam aos governos conduzir políticas orientadas para resultados que possam ser analisadas por todos. Neste sentido, deve basear-se em princípios de gestão orientados para os resultados e, aquando da sua implementação, utilizar indicadores de desempenho (por exemplo, fornecimento de informação estatística, eficiência, satisfação dos utilizadores, governança, apoio às políticas nacionais, confidencialidade) e de um plano de reporting, seguimento e avaliação do desempenho. Por último, deve procurar fornecer estatísticas de qualidade (ou seja, "que respondam às expectativas") (com pertinência, precisão, atualidade, independência), de modo a esclarecer a tomada de decisão.

4. Toma em consideração o existente e os engajamentos internacionais

A ENDE deve respeitar todas as legislações ou regulamentos em vigor e recomendar as alterações se for o caso. Deve manter a produção de estatísticas e os procedimentos em curso a partir das atividades e processos existentes (durante as fases de desenvolvimento e implementação). Deve tomar em consideração o ambiente regional, os compromissos internacionais e os programas de desenvolvimento em curso. Deve tirar partido da experiência de outros países.

5. Baseia-se em normas estatísticas internacionais

A ENDE deve respeitar os valores e os princípios descritos nos Princípios Fundamentais da Estatística Oficial elaborados pela ONU para produzir estatísticas úteis e de qualidade que mereçam a confiança dos utilizadores destes dados. Deve basear-se em normas internacionais, recomendações e experiência internacional para capitalizar o saber-fazer mundial e garantir a coerência entre os países.

Não deve ser normativa, mas deve levar a uma mudança significativa, em função da situação do SEN encontrada no início do processo.

6. Cobre todo o SEN

A ENDE deverá abranger todo o SEN, desde a recolha, análise, divulgação e utilização de dados, desde os recenseamentos, inquéritos e sistemas administrativos, assim como os mecanismos de coordenação e consulta (reconhecendo assim que a implementação pode ser realizada por etapas). A ENDE deve permitir uma integração adequada da produção de estatísticas sectoriais.

7. Estabelece um programa integrado e realista de reforço de capacidades estatísticas

A ENDE deve criar um programa integrado de reforço de capacidades estatísticas que permite aumentar as capacidades de implementação e adaptação da estratégia e de transformação das estatísticas em informações através da análise, divulgação, publicidade e educação dos utilizadores.

A ENDE deve prever um calendário racional de tarefas organizadas por ordem de prioridade (nem todas as batalhas podem ser travadas em conjunto); deve prever um quadro para os planos (anuais) de implementação; deve gerir os recursos de forma realista e pragmática (o que implica hierarquização, distribuição no tempo, eficiência, considerando por exemplo, a analisar outras possibilidades de recolha de dados, tais como as fontes administrativas e os inquéritos por sondagem) e ser suficientemente flexível para se adaptar às mudanças de prioridades, às novas necessidades de informação e às lições aprendidas.

8. É financiada como uma prioridade pelo orçamento do Estado

A ENDE deve centrar-se no desenvolvimento das estatísticas como um bem público financiado pelo orçamento do Estado e complementado (se necessário) pelo apoio internacional.

9. Serve de quadro de coerência para a assistência externa

A ENDE deve servir como um quadro de coerência para a assistência internacional e bilateral às estatísticas e evitar sistemas de seguimento e avaliação paralelos decorrentes dos programas dos doadores

10. Comporta mecanismos de seguimento, avaliação e relatórios

A ENDE deve incluir mecanismos eficazes seguimento, avaliação e relatório sobre a sua implementação.

2.3 Visão

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) dispõe desde julho de 2017 do projeto de Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o período 2017-2021. Este Plano foi elaborado com base na Agenda de Transformação (AT) do país "São Tomé e Príncipe 2030: O País que Devemos Construir", com uma visão: "Os são-tomenses vivem decentemente num país estável e democrático e solidário, em vias de modernização e que fornece serviços de qualidade a nível regional e global".

O PND 2017-2021 é o primeiro plano quinquenal de implementação da Agenda de Transformação de São Tomé e Príncipe até 2030. Tem como objetivo iniciar e enraizar a dinâmica de mudança necessária para o sucesso da AT e, portanto, alcançar os ODS no horizonte 2030.

Essa nobre ambição, para se tornar realidade, exige da República Democrática de STP (RDSTP) esforços para a modernização do seu aparelho de produção de estatísticas, de modo a ter, dentro dos prazos requeridos, os indicadores para um seguimento-avaliação eficaz do PND e dos ODS.

Já em 2009, a visão do Sistema Estatístico Nacional extraída da ENDE 2009-2018 era "Tornar-se um instrumento de excelência, moderno, avaliado publicamente na produção de informação estatística de qualidade, apta para servir as concepções dos decisores da classe política, da Administração Pública e da sociedade civil, estabelecendo-se como uma das alavancas do progresso no desenvolvimento do país".

Para atingir essa visão, três eixos estratégicos foram selecionados. Mas, tendo em conta que a avaliação a meio percurso efetuada em 2016 constatou que os objetivos da ENDE 2009-2018 não foram atingidos a três anos da sua conclusão (37,95% de taxa de realização no final de 2015), sugere-se, no âmbito da nova ENDE, uma actualização da visão e dos eixos estratégicos, tendo em conta o estatuto de Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Assim sendo, e tendo em conta, por um lado, a necessidade de dispor de dados indispensáveis para o seguimento e avaliação das políticas e programas nacionais de desenvolvimento, nomeadamente, o PND 2017-2021 e as agendas internacionais, por outro lado, para a necessidade de outros utilizadores (PTF, sector privado, sociedade civil, etc.), a nova visão de desenvolvimento estatístico do SEN deve ser um verdadeiro aparelho indispensável aos atores económicos e políticos, graças à pertinência, credibilidade e qualidade dos seus serviços.

Este sistema deve ser:

- moderno e capaz de responder de forma sustentável às necessidades de desenvolvimento do país;
- baseado numa cultura de planeamento e de gestão orientada para os resultados;
- dotado de recursos humanos competentes;
- estável, autónomo e eficaz.

Esta visão enuncia-se da seguinte maneira:

« Criar um sistema estatístico nacional eficaz e eficiente capaz de produzir e divulgar estatísticas fiáveis que possam atender às necessidades dos utilizadores e das políticas e programas nacionais de desenvolvimento.»

3. EIXOS ESTRATÉGICOS

3.1 Identificação dos eixos

De recordar que os três eixos estratégicos seguintes foram selecionados para a ENDE 2009-2018.

- Eixo 1: Melhorar a organização do SEN, reforçar as capacidades institucionais, estimular a cooperação, a coordenação e a parceria
- Eixo 2: Consolidar e desenvolver a produção estatística, garantir a qualidade e divulgação
- Eixo 3: Desenvolver os recursos humanos, materiais e financeiros

Tendo sido actualizada a visão 2009-2018, a abordagem metodológica adoptada para a definição dos eixos estratégicos consistiu, por um lado, na apreciação da implementação parcial da ENDE 2009-2018, de modo a extrair algumas lições e, por outro lado, na tomada em consideração dos resultados da análise diagnóstica do SEN que descreve a situação do SEN em 2017.

Tendo em conta os resultados da avaliação a meio percurso da implementação da ENDE 2009-2018 e o facto do estudo de diagnóstico realizado no âmbito da elaboração da ENDE não ter posto completamente em causa, as constatações feitas durante a elaboração da ENDE 2009-2018, os três eixos estratégicos foram reconduzidos, mas com uma reformulação e inversão entre o eixo 2 e o eixo 3. Por último, um quarto eixo foi imposto para destacar o arquivamento e a divulgação anteriormente misturados no eixo 2, de modo a abordar explicitamente a questão da acessibilidade dos dados.

No total, tendo em conta a missão atribuída ao SEN e de modo que a nova visão do desenvolvimento estatístico se torne uma realidade, a atividade estatística ao longo do período 2018-2021 concentrar-se-á à volta de quatro (04) pilares ou eixos estratégicos seguintes:

Eixo 1: Melhoria do quadro institucional e organizacional do SEN

Eixo 2: Reforço dos recursos humanos, materiais e financeiros

Eixo 3: Melhoria da produção estatística

Eixo 4: Promoção da divulgação, arquivamento, comunicação e utilização de dados estatísticos

3.2 Declinação dos eixos em objetivos e resultados operacionais

Cada eixo estratégico declina-se em objetivos operacionais e resultados operacionais da seguinte forma:

3.2.1 Eixo 1 : *Melhoria do quadro institucional e organizacional do SEN*

Um dos principais fatores de sucesso de um sistema estatístico é o desempenho do seu quadro institucional e de coordenação. Nesse sentido, o Governo de São Tomé e Príncipe realizou desde 1998 as reformas para melhorar o funcionamento do SEN através da adopção da Lei Básica nº 5/98 sobre a Estatística, criação do Conselho Nacional de Estatística (CNE) e o Instituto Nacional de Estatística (INE). Porém, passados 20 anos, constata-se que as mudanças tão esperadas ainda não estão bem visíveis. Portanto, reformas institucionais mais importantes devem prosseguir para se atingir uma melhor organização e um funcionamento eficaz de todas as estruturas, garante de uma melhor coordenação estatística.

Este eixo é articulado em torno de três (03) objetivos operacionais, nomeadamente: (i): adoptar novos instrumentos jurídicos que regulem a actividade estatística nacional; (ii) melhorar o quadro organizacional (iii) reforçar a coordenação e a cooperação estatística.

Objectivo operacional 1.1.: Adoptar novos instrumentos jurídicos que regulam a actividade estatística nacional.

Resultado operacional 1.1.1 : A lei estatística e os seus estatutos orgânicos são revistos, aprovados e adotados;

Resultado operacional 1.1.2 : A lei revista, os estatutos orgânicos e a Carta Africana de Estatística são amplamente divulgados.

Objectivo operacional 1.2.: Melhorar o quadro organizacional

Resultado operacional 1.2.1: O CNE é reactivado e funcional;

Resultado operacional 1.2.2: O INE é dotado de uma autonomia administrativa e financeira;

Resultado operacional 1.2.3: Os diferentes serviços estatísticos sectoriais são criados e/ou funcionais.

Objectivo operacional 1.3: Reforçar a coordenação e a cooperação estatística

Resultado operacional 1.3.1 : O manual de procedimentos sobre a transferência de dados entre o INE e os sectores é elaborado;

Resultado operacional 1.3.2: A programação das actividades estatísticas e o seguimento-avaliação são realizados;

Resultado operacional 1.3.3: O quadro de concertação entre os produtores e os utilizadores de estatísticas é implementado e funcional;

Resultado operacional 1.3.4: A cooperação estatística bilateral e multilateral é reforçada.

3.2.2 Eixo 2: Reforço de capacidades dos recursos humanos, materiais e financeiros

O capital humano é um dos recursos mais importantes para a produção estatística. A sua disponibilidade, torna-se portanto, uma prioridade, de modo a permitir ao SEN cumprir com a sua missão que lhe foi atribuída pelo Estado. Trata-se, do ponto de vista do diagnóstico, de aumentar em quantidade e em qualidade o pessoal do SEN e melhorar as suas condições de trabalho. Este eixo articula-se à volta de quatro (04) objetivos operacionais:

Objectivo operacional 2.1: Formar e reciclar quadros em estatísticas e áreas similares de forma contínua

Resultado operacional 2.1.1 : Os novos quadros estatísticos são formados e afectados ao SEN;

Resultado operacional 2.1.2 : Um plano de formação contínua é elaborado e implementado;

Objectivo operacional 2.2 : Criar mecanismos de funcionamento sustentáveis do SEN

Resultado operacional 2.2.1 : Um Fundo Nacional de Desenvolvimento Estatístico é criado e funcional

Resultado operacional 2.2.2 : Uma estratégia de mobilização de recursos complementares é implementada e funcional.

Objectivo operacional 2.3 : Equipar e modernizar o SEN com material e meios logísticos adequados

Resultado operacional 2.3.1 : O SEN está bem equipado com material informática de ponta para a recolha e tratamento de dados

Resultado operacional 2.3.2 : O SEN está equipado com meios rolantes para a recolha de dados.

Resultado operacional 2.3.3 : L As instalações do SEN são construídas ou reabilitadas

Objectivo operacional 2.4 : Criar um mecanismo para motivar e incentivar os quadros

Resultado operacional 2.4.1 : Os salários dos agentes do INE são revalorizados

Resultado operacional 2.4.2 : Um sistema de recompensa é criado.

3.2.3 Eixo 3 : Melhoria da produção estatística

No programa de desenvolvimento do SEN de STP, a melhoria da produção estatística é a principal prioridade. Este eixo centra-se na produção quantitativa e qualitativa dentro dos prazos exigidos. A vertente qualitativa reflete-se na normalização das ferramentas de produção e na utilização dos NTICs, nomeadamente os terminais móveis (smartphones, tablets) e a vertente quantitativa, através do reforço, da cobertura e extensão da produção a todas as estruturas do SEN. Os objetivos operacionais num total de dois (02) apresentam-se da seguinte maneira:

Objectivo operacional 3.1. : Produzir regularmente as estatísticas em todas as áreas

Resultado operacional 3.1.1: Os inquéritos e recenseamentos são realizados;

Resultado operacional 3.1.2: As estatísticas correntes (dados administrativos) são produzidas em tempo oportuno;

Resultado operacional 3.1.3: As estatísticas emergentes (Paz, Segurança, Governança, Ambiente, etc.) são tomadas em consideração.

Objectivo operacional 3.2. : Melhorar o sistema de recolha e produção de dados

Resultado operacional 3.2.1: Os conceitos, nomenclaturas, classificações e normas são harmonizados e utilizados;

Resultado operacional 3.2.2: Os dados são recolhidos através dos NTICs (Tablets, Smartphones)

3.2.4 Eixo 4: Promoção da divulgação, arquivamento, comunicação e utilização de estatísticas

O objetivo deste eixo é reforçar a o acesso dos dados ao público e arquivar, com as ferramentas modernas, os dados de inquéritos e recenseamentos para a sua distribuição on-line. Quatro (04) objetivos operacionais estão ligados a este eixo.

Objectivo operacional 4.1: Promover a divulgação e a comunicação

Resultado operacional 4.1.1: Uma política de divulgação da informação estatística é elaborada, validada e implementada

Resultado operacional 4.1.2: Uma estratégia de comunicação é elaborada, validada e implementada

Objectivo operacional 4.2: Garantir o arquivamento de dados

Resultado operacional 4.2.1: As ferramentas de arquivamento estão disponíveis

Resultado operacional 4.2.2: Os dados estatísticos são efectivamente arquivados

Objectivo operacional 4.3: Promover uma análise aprofundada dos dados

Resultado operacional 4.3.1: Acordos de parceria são assinados com institutos de pesquisa e Universidades

Resultado operacional 4.3.2: Relatórios da análise aprofundada dos dados são publicados

Objectivo operacional 4.4: Promover a cultura estatística

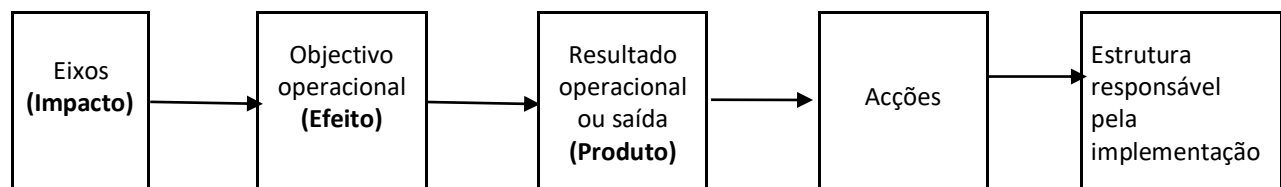
Resultado operacional 4.4.1: As Jornadas Africanas de Estatística (JAE) e o Dia Mundial das Estatísticas (DME) são organizados

Resultado operacional 4.4.2: Seminários de informação, conferências e fóruns são organizados

Resultado operacional 4.4.3: Uma advocacia é feita para a introdução do ensino da estatística nas escolas.

3.3 Quadro lógico

O quadro lógico em forma de tabela foi produzido de acordo com a cadeia de medição dos resultados da seguinte forma:



Os detalhes estão disponíveis em anexo.

4. PLANO DE ACÇÃO

A realização da visão exige um tratamento eficaz de cada uma das prioridades do SEN, nomeadamente a melhoria do quadro institucional e organizacional do SEN, o reforço dos recursos humanos, materiais e financeiros, a melhoria da produção estatística e a promoção da divulgação, arquivamento, comunicação e utilização dos dados estatísticos.

O plano de acção visa tornar a ENDE mais clara, ao articular ao longo do período 2018-2021, uma série de acções a serem realizadas para alcançar os resultados. A sua implementação, numa abordagem coordenada, permitirá à visão de tornar-se uma realidade. Na realidade, ela permitirá consolidar as conquistas, colmatar as fragilidades observadas, acelerar a realização das oportunidades, garantir o controlo das ameaças e a satisfação das novas necessidades dos utilizadores.

4.1 Custo total da implementação da ENDE

Os custos da implementação da ENDE são baseados em estimativas das várias estruturas de produção estatística do SEN. Esses custos foram obtidos tomando em consideração um certo número de hipóteses. Esses custos são, por conseguinte, bastante indicativos e devem servir de referência para a elaboração dos orçamentos dos planos anuais de actividades estatísticas (PAAE) nas diferentes estruturas. Os custos estimados de inquéritos e recenseamentos foram reconciliados com os custos dessas actividades, realizadas recentemente no país.

O custo da ENDE não toma em consideração as despesas de funcionamento das estruturas estatísticas do SEN, nomeadamente os salários do pessoal existente e outras despesas de funcionamento, como água e electricidade, visto que essas despesas são directamente cobertas pelo orçamento do Estado pela ocasião da programação do orçamento anual.

Globalmente, o custo de implementação da ENDE é estimado em **6,973 milhões de EUROS** para os quatro (04) anos 2018 a 2021 e para todos os actores do SEN.

A tabela seguinte apresenta um resumo dos custos estimados da ENDE 2018-2021 por eixo estratégico e por objetivo operacional. Os detalhes são apresentados em anexo.

Tabela 5: Custos estimados da ENDE 2018-2021 (em Euros)

Título da acção	Custo anual (em EUROS)					%
	2018	2019	2020	2021	Total	
Eixo estratégico I : Melhoria do quadro institucional e organizacional do SEN	94 722,1	15 998,5	31 901,5	15 899,3	158 521,4	2,3
Objectivo operacional 1.1: Adoptar novos instrumentos jurídicos que regulam a actividade estatística nacional	0,0	6 812,2	6 812,2	0,0	13 624,4	
Objectivo operacional 1.2: Melhorar o quadro organizativo	92 872,1	1 219,3	1 219,3	1 219,3	96 530,0	
Objectivo operacional 1.3: Reforçar a coordenação e a cooperação estatística	1 850,0	7 967,0	23 870,0	14 680,0	48 367,0	
Eixo estratégico II - Reforçar os recursos humanos, materiais e financeiros	334 986,0	486 592,4	327 642,9	178 428,5	1 327 649,8	19,0
Objectivo operacional 2.1: Formar e reciclar os quadros em estatísticas e áreas similares de forma contínua	297 386,0	366 343,6	264 958,9	166 428,5	1 095 117,0	
Objectivo operacional 2.2: Criar mecanismos de financiamento sustentáveis do SEN	12 600,0	0,0	0,0	0,0	12 600,0	
Objectivo operacional 2.3: Equipar e modernizar o SEN com material adequado e meios logísticos	19 000,0	114 248,8	56 684,0	6 000,0	195 932,8	
Objectivo operacional 2.4: Criar um mecanismo para motivação e envolvimento dos quadros	6 000,0	6 000,0	6 000,0	6 000,0	24 000,0	
Eixo estratégico III: Melhoria da produção estatística	1 026 094,4	1 119 943,8	1 628 921,8	1 588 043,1	5 363 003,1	76,9
Objectivo operacional 3.1: Produzir regularmente estatísticas em todas as áreas	1 026 094,4	1 115 943,8	1 628 921,8	1 587 293,1	5 358 253,1	
Objectivo operacional 3.2: Melhorar o sistema de recolha e produção de dados	0,0	4 000,0	0,0	750,0	4 750,0	
Eixo estratégico IV: Promoção da divulgação, arquivamento, comunicação e utilização de estatísticas	11 107,1	89 352,1	12 964,3	10 107,1	123 530,7	1,8
Objectivo operacional 4.1: Promover a divulgação e comunicação	5 750,0	46 855,0	7 250,0	7 250,0	67 105,0	
Objectivo operacional 4.2: Garantir o arquivamento de dados	0,0	9 140,0	0,0	0,0	9 140,0	
Objectivo operacional 4.3: Promover uma análise aprofundada dos dados	2 500,0	2 500,0	0,0	0,0	5 000,0	
Objectivo operacional 4.4: Promover a cultura estatística	2 857,1	30 857,1	5 714,3	2 857,1	42 285,7	
TOTAL	1 466 909,6	1 711 886,9	2 001 430,5	1 792 478,0	6 972 705,1	100,0
%	21,0	24,6	28,7	25,7	100,0	

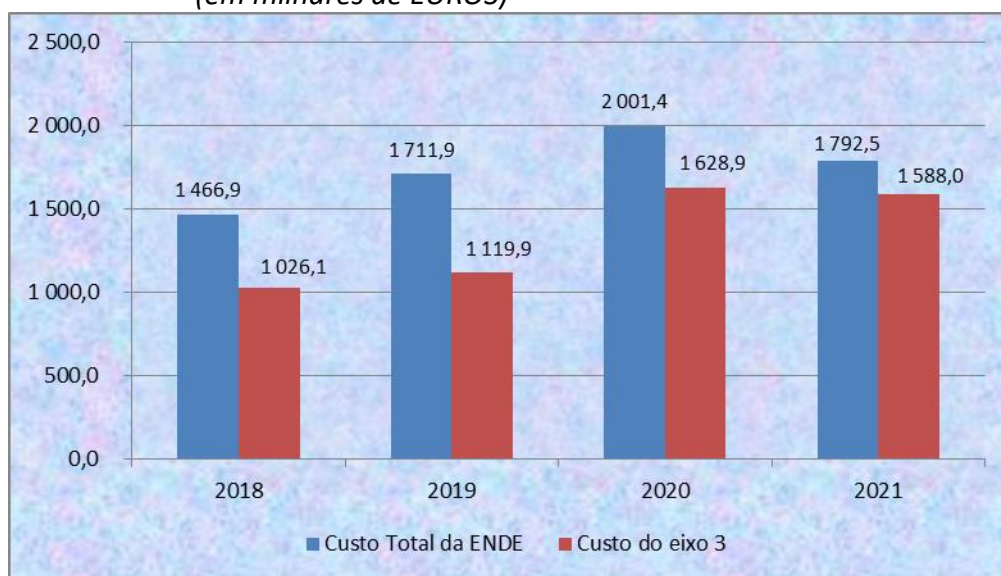
A análise dos custos põe em evidência a prioridade dada às atividades de melhoria da produção estatística. Com efeito, o custo do eixo 3 sobre a produção é estimado em **5,363 milhões de EUROS** ou seja, 76,9% do custo total da ENDE. Caracteriza-se, entre outros, pela preparação e realização do RGPH em 2020-2021 num montante de 2,6 milhões de EUROS, a realização do recenseamento geral da agricultura em 2018-2019 por 0,8 milhões de EUROS, a realização do 6º Inquérito MICS em 2019 por 0,6 milhões de euros e a realização de vários outros inquéritos e recenseamentos.

O Eixo 2, que dedica-se ao reforço dos recursos humanos, materiais e financeiros, absorve **1,328 milhões de EUROS**, ou seja, **19,0% do custo da ENDE**, em relação com a formação de novos quadros em estatísticas na ENSAE-Dakar com o financiamento do UNFPA e a reciclagem do pessoal do SEN, nomeadamente, o pessoal do INE com o apoio do Banco Mundial. Essas acções têm como objectivo permitir ao SEN de dispor de pessoal qualificado para uma produção estatística abundante e de qualidade. A componente formação e reciclagem com um custo de 1,1 milhões de EUROS representa 82,5% do eixo 2.

O eixo 1 e o eixo 4 que tratam, respectivamente, da melhoria do quadro institucional e organizacional e a promoção da divulgação, do arquivamento, da comunicação e da utilização das estatísticas consomem respectivamente, 2,3% e 1,8%, do custo total da ENDE.

Por ano, os anos 2020 e 2021, marcados pela realização do RGPH, lideram, respectivamente, com 28,7% e 25,7% do custo total da ENDE. Segue-se o ano 2019 com uma taxa de 24,6%, marcado principalmente pela realização do 6º Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS-6). Em 2018, ano da realização do recenseamento agrícola, a taxa é estimada em 21,0%.

Gráfico 1: *Evolução anual do custo total e do eixo 3 da ENDE 2018-2021 (em milhares de EUROS)*



4.2 Plano de financiamento da ENDE

O financiamento necessário para a implementação da ENDE é de **6,973 milhões de EUROS**, dos quais 4,415 milhões ou 63,3% a mobilizar a partir dos PTF para a realização de inquéritos e recenseamentos de grande envergadura, assim como a formação e reciclagem dos quadros. A contribuição do Estado atinge 1,281 milhões de EUROS, ou seja, 18,4%. Destina-se, principalmente, ao financiamento das acções de produção corrente de estatística. Um défice de financiamento de 1,276 milhões de EUROS deve ser colmatado.

Para um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID) dependente de 80% da ajuda externa, a proporção de 18,4% inscrita no orçamento do Estado é de saudar. Esse esforço do Governo deve prosseguir nos próximos anos com a criação futura do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Estatística (FNDE).

Tabela 6: Plano de financiamento da ENDE 2018-2021 por eixo estratégico

Título da acção	Montante (em EUROS)				Contribuição (%)		
	Total	Estado	PTF	A procurar	Estado	PTF	A procurar
Eixo estratégico I: Melhoria do quadro institucional e organizacional do SEN	158 521,4	34 749,4	123 772,1	0,0	21,9	78,1	0,0
Eixo estratégico II : Reforçar os recursos humanos, materiais e financeiros	1 327 649,8	783 389,8	470 660,0	73 600,0	59,0	35,5	5,5
Eixo estratégico III : Melhoria da produção estatística	5 363 003,1	425 385,9	3 738 398,5	1 199 218,8	7,9	69,7	22,4
Eixo estratégico IV: Promoção da divulgação, arquivamento, comunicação e utilização das estatísticas	123 530,7	37 497,1	82 605,0	3 428,6	30,4	66,9	2,8
TOTAL	6 972 705,1	1 281 022,2	4 415 435,5	1 276 247,4	18,4	63,3	18,3

4.3 Mecanismos e estratégias de mobilização dos recursos

A implementação da ENDE necessita a mobilização de recursos financeiros suficientes. É, portanto, um grande desafio a enfrentar para todos os actores do sistema estatístico nacional. O engajamento das autoridades governamentais verificado durante o lançamento da

elaboração combinado com o processo participativo da ENDE deve continuar, de forma a se dispor dentro dos prazos, os recursos indicados para uma implementação conseguida da ENDE.

A mobilização de recursos concentra-se em três (03) componentes: (i) recursos nacionais; (ii) contribuições dos parceiros de desenvolvimento e (iii) recursos específicos em falta para colmatar o défice de financiamento.

Para a componente de recursos nacionais, é essencial que uma linha orçamental seja inserida na lei de finanças, de modo a assumir as atividades correntes e os inquéritos regulares. Neste sentido, torna-se necessário garantir que a programação anual das atividades estatísticas do SEN coincida com o calendário orçamental do Estado.

Assim sendo, o Secretariado Técnico Permanente do CNE deve submeter ao Presidente do CNE, antes da sessão orçamental do Parlamento, a programação orçamental anual das actividades do SEN. O Presidente do CNE orienta então o Diretor Geral do INE para a necessidade do seu seguimento, de forma a fazer a sua inclusão na lei de finanças do Estado.

Ao nível das contribuições internacionais, recomenda-se que, após a adopção da ENDE pelo Governo, o Director-geral do INE transmita, não só o documento final da ENDE aos parceiros técnicos e financeiros, mas também e sobretudo, que tome medidas para obter junto dos mesmos uma reunião especial para apresentação da ENDE sob a forma de uma mesa redonda. Após esta etapa, marcada por declarações de intenção dos doadores, caberá aos actores do sistema estatístico nacional inteirar-se dos calendários dos doadores com vista à preparação e avaliação de projectos e programas, e informar-se devidamente sobre os procedimentos para desembolso, aquisição e os respectivos períodos orçamentais. A busca de financiamento internacional deve também ser direccionada para a utilização das facilidades oferecidas aos níveis sub-regional (CEMAC), regional/continental (AFRISTAT, CEA, UA, BAD) e Internacional (PARIS21).

Quanto aos recursos específicos, devem ser exploradas algumas pistas junto de outros parceiros que atribuem uma certa importância ao desenvolvimento das estatísticas em São Tomé e Príncipe.

Por último, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Estatística (FNDE), como recomendado pela Carta Africana de Estatística (CAE) ratificada por São Tomé e Príncipe e em vigor desde 2015, deverá ser uma ocasião para perenizar o financiamento das actividades estatísticas, de modo a garantir o cumprimento da periodicidade das operações estatísticas de envergadura nacional. A sua alimentação poderá ser feita por dotações orçamentais (por exemplo: uma certa percentagem de uma taxa aduaneira pode alimentar este fundo) e por uma contribuição financeira dos parceiros técnicos e financeiros (principais utilizadores de dados estatísticos), sob a forma de apoio orçamental ou de apoio direccionado.

5. DISPOSITIVO DE IMPLEMENTAÇÃO E SEGUIMENTO

A implementação da ENDE será de uma importância capital para o sucesso do processo de desenvolvimento do sistema estatístico nacional. Deverá, portanto, ser uma atividade permanente de todos os actores do SEN.

5.1 Princípios orientadores

A implementação da ENDE será regida por cinco (05) princípios:

Princípio da subsidiariedade: as ações são realizadas de forma óptima, o CNE garante a coordenação das ações.

Princípio de co-decisão: as decisões sobre o conteúdo do PAAE só poderão ser tomadas pelo CNE sob proposta do Secretariado Técnico, após consulta aos atores.

Princípio de flexibilidade: Os PAAE serão flexíveis e quaisquer novas necessidades serão tomadas em consideração respeitando os mecanismos de programação.

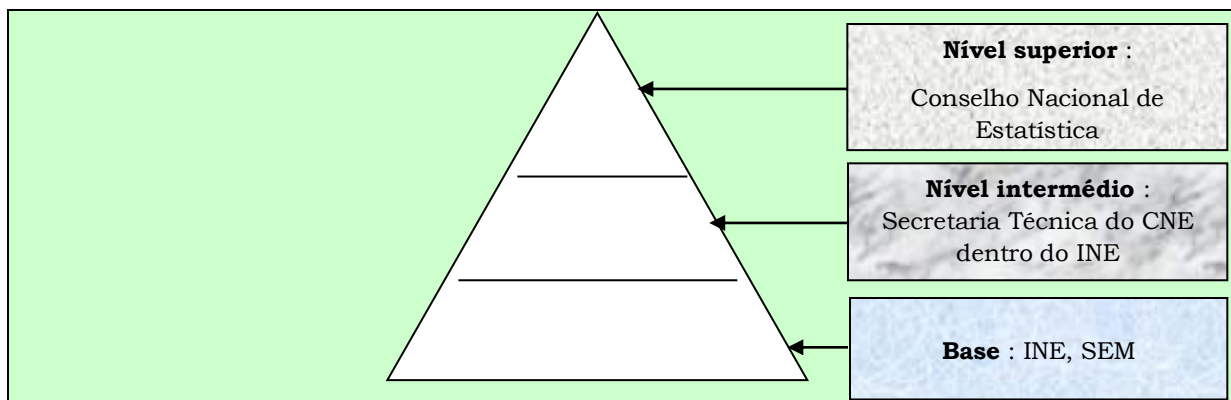
Princípio de transparência: um relatório anual sobre o funcionamento do SEN será elaborado pelo Secretariado Técnico do CNE.

Princípio de equidade: as dimensões de género e distrito serão tomadas em consideração durante todo o processo de implementação.

5.2 Dispositivo institucional

O quadro institucional baseia-se numa organização a três (03) níveis: (i) no topo, o Conselho Nacional de Estatística, o órgão de concepção, direcção, coordenação, seguimento e avaliação da ENDE. Adota o relatório anual sobre a implementação da ENDE; (ii) ao nível intermediário, o Secretariado Técnico do CNE criado dentro do INE. Prepara os diversos relatórios sobre a implementação da ENDE, elabora os documentos técnicos para submissão ao CNE e fornece apoio técnico aos SEM; (iii) na base, o INE e os serviços estatísticos sectoriais ou ministeriais responsáveis pela execução das acções da ENDE. Cada um deles elabora, a seu nível, um relatório de atividades que serão transmitidas ao Secretariado Técnico para compilação de forma a produzir o relatório de implementação.

Esquema 1: quadro conceitual de implementação



5.3 Mecanismo e ferramentas de seguimento-avaliação

O mecanismo de seguimento e avaliação baseia-se nos princípios de Gestão Orientada para Resultados. Tem como objetivo de fornecer a todos os utilizadores, todas as informações sobre os resultados da implementação do plano de acção e a progressão, em termos de efeitos e impactos, para a realização dos objetivos e da visão. Permite responsabilizar cada actor do SEN, de modo a obter resultados e adoptar as medidas corretivas necessárias para a boa execução das acções definidas. Compreende os seguintes elementos:

- A elaboração de **Planos Anuais de Actividades Estatísticas (PAAE)**. Este documento tomará em consideração as actividades planificadas na ENDE e outras não planificadas, mas consideradas úteis para alcançar os objetivos da ENDE. Este documento que define as prioridades para o ano N+1, deverá ser validado no final do ano N. O primeiro PAAE será produzido no final de 2018 e abarcará o ano de 2019. Ao total, 3 PAAE serão elaborados até 2021;
- A produção de relatórios anuais sobre o funcionamento do SEN ou **relatórios de progresso**. Tratar-se-á de medir o progresso relativamente à obtenção dos resultados. Um total de 4 relatórios anuais será produzido até 2021 para todo o SEN;
- **Avaliação a meio percurso da ENDE**: trata-se de uma avaliação externa dos principais objetivos da estratégia para medir o nível de realização dos resultados esperados. Esta avaliação, que será levada a cabo em 2020 permitirá de: (i) fazer um balanço sobre o estado de progresso da implementação da ENDE; (ii) retirar lições com essa implementação; (iii) propor ajustes com base nessas lições, para que a ENDE possa alcançar os seus objetivos e resultados em 2021;
- **A avaliação final da ENDE** será também externa e terá lugar em 2021. Esta avaliação permitirá de verificar a realização global dos resultados esperados. Ela será feita em paralelo com um inquérito "**satisfação das necessidades dos utilizadores**" que vai permitir de destacar a utilização e a utilidade das estatísticas do ponto de vista dos beneficiários, favorecendo uma melhor avaliação do impacto das acções realizadas durante os 4 anos de implementação da ENDE.

5.4 Hipóteses e riscos

Os fatores que podem ter um impacto negativo na implementação da ENDE são de vária ordem. O primeiro risco diz respeito à disponibilidade de meios financeiros para uma implementação bem-sucedida da ENDE. De facto, a inclusão de ações no orçamento do Estado não garante uma mobilização efetiva dos recursos no momento apropriado. As experiências passadas devem levar as estruturas de produção e o CNE a uma maior perspicácia no seguimento junto das estruturas de alocação do Estado.

O segundo risco diz respeito aos recursos humanos que são em número insuficiente para responder às necessidades crescentes dos utilizadores e às políticas e programas nacionais de desenvolvimento, bem como das agendas internacionais. O não aumento em quantidade e qualidade desse pessoal pode ser uma grande desvantagem na obtenção dos resultados.

O terceiro risco diz respeito à fraqueza da coordenação estatística dentro do SEN em relação com o não funcionamento do CNE e a dificuldade para o INE em prestar apoio técnico aos sectores na execução das suas actividades. A implementação da ENDE exige do INE um reforço do seu serviço de coordenação.

O quarto risco tem a ver com a fragilidade da comunicação que afectaria a informação de todos os atores sobre o processo de avanço das ações e os problemas encontrados. Para uma melhor partilha de informações, a estratégia de comunicação programada no eixo 4 terá que ser efectivamente desenvolvida e implementada.

No entanto, a base mais importante em que se apoia a implementação bem-sucedida da ENDE será, principalmente, o forte engajamento das autoridades com as estatísticas. Isto pressupõe que o Governo confirme, como pela ocasião do lançamento da elaboração da ENDE, o seu compromisso político em liderar a ENDE 2018-2021, através da aprovação do documento no Conselho de Ministros. O sucesso também está condicionado à adopção de medidas apropriadas para eliminar as restrições inerentes aos recursos humanos e financeiros. Estas dizem respeito à criação e à operacionalização do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Estatístico (FNDE), que servirá para financiar as estatísticas de forma sustentável, reforçar as capacidades humanas do SEN e revalorizar os salários do pessoal de produção estatística. Essas condições constituem os pré-requisitos para a consolidação das actividades estatísticas.

CONCLUSÃO

O processo de elaboração da ENDE foi participativo com o envolvimento de todas as partes interessadas do SEN, nomeadamente, os produtores e os utilizadores de estatísticas.

A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Estatística proposta responde ao contexto nacional e internacional actual e constitui um quadro mínimo que permite ao SEN responder à grande procura pelos utilizadores. A visão global para o desenvolvimento da estatística pública, os eixos, os objetivos operacionais e as ações prioritárias em matéria de desenvolvimento da estatística foram objecto de um consenso entre os técnicos.

O custo total das actividades programadas é de 6,973 milhões de euros, sendo 18,4% a serem financiados pelo orçamento do Estado, 63,3% pelos PTF e 18,3% a mobilizar.

Existem desafios institucionais e de disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros a enfrentar. Porém, os fatores favoráveis continuam predominantes. Por essa razão, todas as condições devem estar reunidas para a sua implementação, de modo a se esperar pelo desenvolvimento do SEN no período 2018-2021.

Anexo 1: Quadro lógico da ENDE 2018-2021

Eixo 1 : Melhoria do quadro institucional e organizacional

Cadeia dos resultados		Indicadores Objectivamente Verificáveis (IOV)	Fontes de verificação	Hipóteses
Impacto	Impacto 1: O quadro institucional e organizativo e de coordenação é reforçado			
Efeito	Efeito 1.1: Novos instrumentos jurídicos que regulamentam a actividade estatística nacional são adoptados			
Resultados operacionais (Produtos ou Saídas)	Resultado operacional 1.1.1: A lei estatística e o seu estatuto orgânico estão revistos, aprovados e adoptados	-Lei estatística disponível	-Diário da República -Relatório anual de actividade estatística	-Estabilidade política -Vontade política
	Resultado operacional 1.1.2: A lei revista, os estatutos orgânicos e a Carta Africana de Estatística são amplamente divulgados	- Número de ateliers ou seminários organizados	- Relatório anual de actividade estatística	
Efeito	Efeito 1.2: O quadro organizativo melhorou			-Estabilidade política -Vontade política -Adesão das componentes do SEN
Resultados operacionais (Produtos ou Saídas)	Resultado operacional 1.2.1 : O CNE é reactivado e funcional	-Decreto de aplicação disponível -Locais disponíveis e equipados -Número de reuniões do CNE organizadas	- Relatório anual de actividade estatística	
	Resultado operacional 1.2.2 : O INE está dotado de uma autonomia administrativa e financeira	- Actos de gestão administrativa e financeira	-Relatório do INE - Relatório anual de actividade estatística	
	Resultado operacional 1.2.3: Os diferentes serviços estatísticos sectoriais são criados e/ou funcionais	- Número de serviços estatísticos criados e/ou funcionais	- Relatório anual de actividade estatística -Relatório de actividade do dos SEM	

Cadeia dos resultados		Indicadores Objectivamente Verificáveis (IOV)	Fontes de verificação	Hipóteses
Efeito	Efeito 1.3: A coordenação e a cooperação estatística são reforçados			- Aplicação dos textos - CNE funcional - Coordenação estatística do INE eficaz
Resultados operacionais (Produtos ou Saídas)	Resultado operacional 1.3.1 : O manual de procedimentos sobre a transferência de dados entre o INE e os sectores é elaborado	-Manual ou modo de transferência de dados disponível -Lista de dados partilhados	-Relatório anual de actividade estatística -Relatório de actividades dos SEM	
	Resultado operacional 1.3.2 : A programação das actividades estatísticas e de seguimento-avaliação foi realizada	-Número de PAEE elaborado -Número de relatório anual sobre o funcionamento do SEN elaborado -Número de relatório de avaliação da ENDE produzido	-Relatório anual de actividade estatística	
	Resultado operacional 1.3.3 : O quadro de concertação entre os produtores e os utilizadores de estatística é implementado e funcional	-Número de encontros organizados	-Relatório anual de actividade estatística	
	Resultado operacional 1.3.4: A cooperação estatística bilateral e multilateral é reforçada	-Número de encontros com os PTF -Lista dos Organismos regionais e internacionais encontrados	-Relatório anual de actividade estatística	

Eixo 2: Reforço das capacidades dos recursos humanos, materiais e financeiras

Cadeia dos resultados		Indicadores Objectivamente Verificáveis (IOV)	Fontes de verificação	Hipóteses
Impacto	Impacto 2 : As capacidades humanas, materiais e financeiras são reforçadas			
Efeito	Efeito 2.1: Os quadros são formados e reciclados em estatísticas e áreas similares (demografia) de forma contínua			-Vontade política -Apoio dos parceiros -Funcionalidade do FNDE
Resultados operacionais (Produtos ou saídas)	Resultado operacional 2.1.1: Os novos quadros técnicos estatísticos são formados e afectos ao SEN	-Número de quadros técnicos estatísticos demógrafos formados	- Relatório sobre o funcionamento do SEN	
	Resultado operacional 2.1.2 : Um plano de formação contínua é elaborado e implementado	-Plano de formação contínua disponível -Número de quadros reciclados	-Relatório sobre o funcionamento do SEN	
Efeito	Efeito 2.1: Criar mecanismos de financiamento do SEN sustentáveis			-Vontade política -Apoio dos parceiros -Funcionalidade do FNDE
Resultados operacionais (Produtos ou Saídas)	Resultado operacional 2.2.1: Um Fundo nacional de desenvolvimento da estatística (FNDE) é criado e funcional	-Lei adoptada e/ou decreto adoptado -Número de reuniões do órgão de gestão do Fundo	-Diário da República -Relatório sobre o funcionamento do SEN	
	Resultado operacional 2.2.2 Uma estratégia de mobilização de recursos complementares é definida	-Montante de recursos complementares mobilizados	-Relatório sobre o funcionamento do SEN	

Cadeia dos resultados		Indicadores Objectivamente Verificáveis (IOV)	Fontes de verificação	Hipóteses
Efeito	Efeito 2.3: O SEN é dotado e modernizado com meios materiais e logísticos adequados			-Fundo nacional de desenvolvimento estatístico dotado de recursos -Vontade política
Resultados operacionais (Produtos ou Saídas)	Resultado operacional 2.3.1: O SEN está bem equipado com materiais informáticos de ponta para a recolha e tratamento de dados	-Número de computadores comprados - Número de instalações construídas ou reabilitadas	-Relatório sobre o funcionamento do SEN -Relatório de actividade dos SEM	
	Resultado operacional 2.3.2 : O SEN está equipado com meios rolantes para a recolha de dados	- Número de veículos comprados	-Relatório de funcionamento do SEN -Relatório de actividade dos SEM	
	Resultado operacional 2.3.3 : As instalações são construídas ou reabilitadas	-Número de instalações construídas ou reabilitadas	-Relatório de funcionamento do SEM -Relatório de actividade dos SEM	
Efeito	Efeito 2.4: Criar um mecanismo de motivação e envolvimento dos quadros			-Fundo nacional de desenvolvimento estatístico dotado de recursos -Vontade política
Resultados operacionais (Produtos ou Saídas)	Resultado operacional 2.4.1: Os salários dos agentes do INE são revalorizados	-Nova grelha salarial disponível	-Relatório sobre o funcionamento do SEN	
	Resultado operacional 2.4.2: Um sistema de recompensa é criado	-Número de agentes recompensados	-Relatório sobre o funcionamento do SEN	

Eixo 3 : Melhoria da produção estatística

Cadeia dos resultados		Indicadores Objectivamente Verificáveis (IOV)	Fontes de verificação	Hipóteses
Impacto	Impacto 3 : A produção estatística é melhorada em quantidade e qualidade			
Efeito	Efeito 3.1: São produzidas regularmente estatísticas em todas as áreas.			-Recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis -Fontes administrativas de dados disponíveis -Boa coordenação do SEN
Resultados operacionais (Produtos ou Saídas)	Resultado operacional 3.1.1 : São realizados inquéritos e recenseamentos	-Número de inquéritos e recenseamentos realizados	-Relatórios dos inquéritos e recenseamentos -Relatório de actividades do SEM -Relatório sobre o funcionamento do SEN	
	Resultado operacional 3.1.2 : As estatísticas correntes (dados administrativos) são produzidas em tempo útil	-Número de anuários, de boletins de produzidos	- Relatório sobre o funcionamento do SEN - Relatório de actividades do SEM	
	Resultado operacional 3.1.3 : As estatísticas emergentes (Paz, Segurança, Governança, Meio Ambiente, etc.) são tomadas em consideração	-Número de novas temáticas produzidas e disponíveis	- Relatório sobre o funcionamento do SEN - Relatório de actividades do SEM	

Cadeia dos resultados		Indicadores Objectivamente Verificáveis (IOV)	Fontes de verificação	Hipóteses
Efeito	Efeito 3.2: O sistema de recolha e produção de dados é melhorado			<ul style="list-style-type: none"> - Meios humanos, financeiros e materiais disponíveis e motivados - Fontes administrativas de dados disponíveis - Boa coordenação do SEN - Domínio das normas
Resultados operacionais (Produtos ou Saídas)	Resultado operacional 3.2.1: Os conceitos, nomenclaturas, classificações e normas são harmonizados e utilizados	-Número de estruturas que utilizam as normas	Relatório sobre o funcionamento do SEN - Relatório de actividades do SEM	
	Resultado operacional 3.2.2 : Os dados são recolhidos através de NTICs (tablets, smartphones)	-Número de estruturas que utilizam as NTIC	- Relatório sobre o funcionamento do SEN - Relatório de actividades do SEM	

Eixo 4 : Promoção da divulgação, arquivamento, comunicação e utilização das estatísticas

Cadeia dos resultados		Indicadores Objectivamente Verificáveis (IOV)	Fontes de verificação	Hipóteses
Impacto	Impacto 4 : A divulgação, arquivamento, comunicação e utilização das estatísticas melhorou			
Efeito	Efeito 4.1: A divulgação e a comunicação são promovidos			-Vontade da DG do INE -Cultura estatística -Recursos financeiros mobilizados -Boa coordenação
Resultados operacionais (Produtos ou Saídas)	Resultado operacional 4.1.1: Uma política de divulgação da informação estatística é elaborada, validada e implementada	-Documento de política de divulgação disponível	- Relatório sobre o funcionamento do SEN - Relatório de actividades do SEM	
	Resultado operacional 4.1.2: Uma estratégia de comunicação é elaborada e implementada	-Documento de estratégia de comunicação disponível	- Relatório sobre o funcionamento do SEN - Relatório de actividades do SEM	
Efeito	Efeito 4.2: O arquivamento de dados está garantido			-Vontade da DG do INE -Cultura estatística - Recursos financeiros mobilizados -Boa coordenação
Resultados operacionais (Produtos ou Saídas)	Resultado operacional 4.2.1: As ferramentas de arquivamento estão disponíveis	-Número de ferramentas de arquivamento utilizadas	- Relatório sobre o funcionamento do SEN - Relatório de actividades do SEM	
	Resultado operacional 4.2.2: Os dados estatísticos são efectivamente arquivados	-Número de inquéritos e publicações arquivados	-Relatório sobre o funcionamento do SEN - Relatório de actividades do SEM	

Cadeia dos resultados		Indicadores Objectivamente Verificáveis (IOV)	Fontes de verificação	Hipóteses
Efeito	Efeito 4.3: A análise aprofundada dos dados é promovida			- Vontade da DG do INE - Cultura estatística - Recursos financeiros mobilizados - Boa coordenação
Resultados operacionais (Produtos ou Saídas)	Resultado operacional 4.3.1: Acordos de parceria são assinados com os institutos de pesquisa e as Universidades	- Número de acordos de parceria assinados	- Relatório sobre o funcionamento do SEN - Relatório de actividades do SEM	
	Resultado operacional 4.3.2: Relatórios de análise aprofundada dos dados são publicados	- Número de relatórios publicados	- Relatório sobre o funcionamento do SEN - Relatório de actividades do SEM	
Efeito	Efeito 4.4: A cultura estatística é promovida			- Vontade da DG do INE - Cultura estatística - Recursos financeiros mobilizados - Boa coordenação
Resultados operacionais (Produtos ou Saídas)	Resultado operacional 4.4.1: A jornada Africana da Estatística (JAE) e Jornada Mundial da Estatística (JME) são organizadas	- Número de JAE e JME organizadas	- Relatório sobre o funcionamento do SEN - Relatório de actividades do SEM	
	Resultado operacional 4.4.2 : Seminários de informação, conferência, fóruns são organizados	- Número de seminários, conferências organizados	- Relatório sobre o funcionamento do SEN - Relatório de actividades do SEM	
	Resultado operacional 4.4.3 : Advocacia é feita para a introdução do ensino da estatística nas escolas	- Número de documentos de advocacia - Número de relatórios das reuniões produzidos	- Relatório sobre o funcionamento do SEN - Relatório de actividades do SEM	

Anexo 2: Tabela detalhada do Plano de Acção da ENDE 2018-2021

Nº de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
	Eixo estratégico I: Melhoria do quadro institucional e organizacional do SEN		94,7	16,0	31,9	15,9	158,5	34,7	123,8	0,0
	Objectivo operacional 1.1: Adoptar novos instrumentos jurídicos que regulamentam a actividade estatística nacional		0,0	6,8	6,8	0,0	13,6	13,6	0,0	0,0
	Resultado 1.1.1 : A lei estatística e os seus estatutos são revistos, aprovados e adoptados		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1	Revisão da Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional	INE/MFCEB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2	Submeter a Lei Estatística de Bases revista ao Parlamento para votação	MFCEB/INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Seguimento/Advocacia para a aprovação pelo Parlamento da Lei de Bases da Estatística revista	MFCEB/INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Aprovação de um Decreto-Lei para adoptar os Estatutos Constitucionais revistos	MFCEB/INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Resultado 1.1.2 : A lei revista, os estatutos orgânicos e a Carta Africana de Estatística são amplamente divulgados		0,0	6,8	6,8	0,0	13,6	13,6	0,0	0,0
5	Organização de um Workshop de Divulgação da Lei de Bases da Estatística revista e os seus estatutos orgânicos	INE/CNE	0,0	6,8	0,0	0,0	6,8	6,8	0,0	0,0
6	Organização de um Workshop de divulgação da Carta Africana de Estatística e os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais	INE/CNE	0,0	0,0	6,8	0,0	6,8	6,8	0,0	0,0

Nº de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
	Objectivo operacional 1.2 : Melhorar o quadro organizacional		92,9	1,2	1,2	1,2	96,5	3,7	92,9	0,0
	Resultado 1.2.1: O CNE é reactivado e funcional		0,0	0,8	0,8	0,8	2,3	2,3	0,0	0,0
7	Regulamentos Específicos sobre a composição atribuições e funcionamento do CNE	MFCEB/CNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	Organização das reuniões estatutárias do CNE	CNE	0,0	0,8	0,8	0,8	2,3	2,3	0,0	0,0
	Resultado .1.2.2 : O INE é dotado de uma autonomia administrativa e financeira		0,0	0,5	0,5	0,5	1,4	1,4	0,0	0,0
9	Criação do Conselho de Administração do INE	MFCEB/INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10	Organização de reuniões estatutárias do Conselho de Administração	INE	0,0	0,5	0,5	0,5	1,4	1,4	0,0	0,0
11	Elaboração e adopção do novo organograma do INE	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Resultado .1.2.3: Os diferentes serviços estatísticos sectoriais são criados e funcionais		92,9	0,0	0,0	0,0	92,9	0,0	92,9	0,0
12	Criação de um Sistema de Informação Sanitária	DAF/MS/INE	92,9	0,0	0,0	0,0	92,9	0,0	92,9	0,0
13	Criação a nível institucional ou organizacional de um serviço estatístico no Ministério da Justiça	MJDHAP/CNE/INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Criação a nível institucional ou organizacional de um serviço estatístico no Ministério do Emprego e Assuntos Sociais	MEAS/INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Criação a nível institucional ou organizacional de um serviço estatístico no Ministério da Juventude e do Desporto	MJS/CNE/INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Nº de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
	Objectivo operacional 1.3 : Reforçar a coordenação e a cooperação estatística		1,9	8,0	23,9	14,7	48,4	17,5	30,9	0,0
	Resultado.1.3.1: O manual de procedimentos para a transferência de dados entre o INE e os sectores é elaborado		0,0	2,3	0,0	0,0	2,3	2,3	0,0	0,0
15	Criação de uma equipa responsável pela elaboração do manual que define o modo de transferência de dados entre o INE e o SEM	CNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16	Elaboração e validação manual	CNE	0,0	2,3	0,0	0,0	2,3	2,3	0,0	0,0
17	Implementação de procedimentos de transferência de dados dentro do SEN	CNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Resultado .1.3.2: A programação das actividades estatísticas e o seguimento-avaliação são realizados	CNE	1,9	3,1	12,1	12,1	29,2	11,2	18,0	0,0
18	Elaboração do Programa Anual de Actividades Estatísticas (PAAE)	CNE	0,0	1,3	1,3	1,3	3,8	3,8	0,0	0,0
19	Elaboração do relatório anual sobre o funcionamento do SEN	CNE	1,3	1,3	1,3	1,3	5,0	5,0	0,0	0,0
20	Elaboração do relatório de avaliação a meio percurso da ENDE	CNE	0,0	0,0	9,0	0,0	9,0	0,0	9,0	0,0
21	Elaboração do relatório final de avaliação da ENDE	CNE	0,0	0,0	0,0	9,0	9,0	0,0	9,0	0,0
22	Produção/actualização do repertório das estruturas públicas de produção estatística	CNE	0,6	0,6	0,6	0,6	2,4	2,4	0,0	0,0

Nº de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
	Resultado .1.3.3: O quadro de concertação entre produtores e utilizadores de estatísticas é criado e funcional		0,0	0,0	4,0	0,0	4,0	4,0	0,0	0,0
23	Identificação dos principais utilizadores de dados estatísticos	INE/CNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
24	Criação de um quadro de concertação entre produtores e utilizadores de estatísticas	INE/CNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	Organização de um workshop entre produtores e utilizadores de estatísticas	INE/CNE	0,0	0,0	4,0	0,0	4,0	4,0	0,0	0,0
26	Criação de um quadro de concertação específica entre o INE e o PTF	INE/PTF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Resultado .1.3.4: A cooperação estatística bilateral e multilateral é reforçada		0,0	2,6	7,7	2,6	12,9	0,0	12,9	0,0
27	Intercâmbio de publicações entre o INE e os INE de outros países	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28	Intercâmbio de boas práticas com os INE de outros países (viagem de estudo)	INE	0,0	0,0	5,2	0,0	5,2	0,0	5,2	0,0
29	Recolha de publicações de organizações sub-regionais e regionais de desenvolvimento estatístico	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Assistência técnica do AFRISTAT em áreas de produção estatística	INE	0,0	2,6	2,6	2,6	7,7	0,0	7,7	0,0
	Eixo estratégico II – Reforço de capacidades dos recursos humanos, materiais e financeiros		335,0	486,6	327,6	178,4	1 327,6	783,4	470,7	73,6
	Objectivo Operacional 2.1: Formar e reciclar os quadros em estatísticas e áreas similares de forma contínua		297,4	366,3	265,0	166,4	1 095,1	642,9	452,3	0,0

Nº de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
	Resultado 2.1.1 : Os novos quadros técnicos estatísticos são formados e designados dentro do SEN		231,9	186,2	143,6	166,4	728,1	642,9	85,2	0,0
31	Formação de 5 estatísticos em cada ano no ENSAE-Dakar	INE	42,6	42,6	0,0	0,0	85,2	0,0	85,2	0,0
32	Reforço dos centros de formação existentes (USTP)	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
33	Recrutamento de quinze (15) novos agentes de produção estatística no INE (5 em 2018, 3 em 2019, 3 em 2020 e 4 em 2021)	INE	114,3	68,6	68,6	91,4	342,9	342,9	0,0	0,0
34	Recrutamento de catorze (14) novos agentes de produção estatística noutros departamentos da SEN	SEM	75,0	75,0	75,0	75,0	300,0	300,0	0,0	0,0
	Resultado 2.1.2: Um plano de formação contínua é elaborado e implementado		65,5	180,2	121,4	0,0	367,1	0,0	367,1	0,0
35	Reforço das capacidades técnicas no domínio das estatísticas das contas nacionais	INE	65,5	17,7	0,0	0,0	83,2	0,0	83,2	0,0
36	Formação de quadros do INE nos módulos de tratamento e análise de dados	INE	0,0	50,0	31,4	0,0	81,4	0,0	81,4	0,0
37	Formação no estrangeiro dos quadros do INE em demografia	INE	0,0	50,0	50,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
38	Reciclagem do pessoal do INE em língua inglesa e francesa	INE	0,0	50,0	30,0	0,0	80,0	0,0	80,0	0,0
39	Formação do pessoal dos SEM em métodos de recolha, tratamento e comentários	INE/SEM	0,0	10,0	8,0	0,0	18,0	0,0	18,0	0,0
40	Organização da formação contínua em Excel e outros softwares informáticos do pessoal do SEN	INE/SEM	0,0	2,5	2,0	0,0	4,5	0,0	4,5	0,0
	Objectivo operacional 2.2: Criar mecanismos de financiamento sustentáveis do SEN		12,6	0,0	0,0	0,0	12,6	3,0	9,6	0,0

Nº de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
	Resultado 2.2.1: Um Fundo Nacional de Desenvolvimento Estatístico é criado e funcional		9,6	0,0	0,0	0,0	9,6	0,0	9,6	0,0
41	Realização do estudo sobre a criação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento das Estatísticas	INE	9,6	0,0	0,0	0,0	9,6	0,0	9,6	0,0
42	Decreto que cria o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Estatística	MFCEB/INE/CNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
43	Operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Estatístico (Criação do Comité de Gestão do Fundo)	CNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Resultado 2.2.2: Uma estratégia de mobilização de recursos complementar é criada e funcional		3,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	0,0	0,0
44	Organização de uma mesa redonda com as PTF sobre o financiamento da ENDE 2018-2021	INE	3,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	0,0	0,0
45	Concertação regular com as PTF no final de cada ano pela ocasião da elaboração do seu Plano de Trabalho para o ano seguinte	INE/SEM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
46	Advocacia junto ao Governo pela criação de rubricas orçamentais específicas para o financiamento de actividades estatísticas dos SSM	INE/SEM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Objectivo operacional 2.3: Equipar e modernizar o SEN com meios materiais e logísticos adequados		19,0	114,2	56,7	6,0	195,9	46,6	130,9	18,4
	Resultado 2.3.1: O SEN está bem equipado com materiais informáticos de ponta para a recolha e tratamento de dados		19,0	87,6	5,0	6,0	117,6	41,8	64,6	11,2
47	Aquisição de materiais TIC para a recolha de dados	INE	0,0	60,3	0,0	0,0	60,3	0,0	60,3	0,0
48	Aquisição de aparelhos de ar condicionado	INE	0,0	4,3	0,0	0,0	4,3	0,0	4,3	0,0

Nº de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
49	Instalação de 2 servidores e aquisição de dois 02 (dois) computadores com licenças Windows para o serviço estatístico do SMF	SMF	14,0	0,0	0,0	0,0	14,0	14,0	0,0	0,0
50	Aquisição de três (03) computadores para o serviço estatístico da Direcção Geral de Registos e Notariado	DGRN	3,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	0,0	0,0
51	Aquisição de 03 (três) computadores para o serviço estatístico da Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP)	DGAP/MJDHAP	0,0	3,0	0,0	0,0	3,0	3,0	0,0	0,0
52	Aquisição de 03 (três) computadores, uma fotocopiadora e uma impressora para o Departamento de Estatística da Agricultura	DSSA/MADR	0,0	7,0	0,0	0,0	7,0	7,0	0,0	0,0
53	Aquisição de mobiliário de escritório para os novos SEM e outros serviços do SEN	SEM	0,0	10,0	0,0	0,0	10,0	10,0	0,0	0,0
54	Limpeza/Manutenção dos equipamentos e outras instalações	INE/SSM/CNS	2,0	3,0	5,0	6,0	16,0	4,8	0,0	11,2
	Resultado 2.3.2: O SEN está equipado com miso rolantes para recolha de dados		0,0	0,0	51,7	0,0	51,7	0,0	51,7	0,0
55	Aquisição de 02 (dois) veículos para recolha de dados para o INE	INE	0,0	0,0	51,7	0,0	51,7	0,0	51,7	0,0
	Resultado 2.3.3: São construídas ou reabilitadas instalações do SEN		0,0	26,6	0,0	0,0	26,6	4,8	14,6	7,2
56	Renovação das instalações do INE	INE	0,0	14,6	0,0	0,0	14,6	0,0	14,6	0,0
57	Apetrechamento das instalações dos novos serviços estatísticos criados	SEM	0,0	12,0	0,0	0,0	12,0	4,8	0,0	7,2
	Objectivo operacional 2.4: Criar um mecanismo para motivação e envolvimento dos quadros		6,0	6,0	6,0	6,0	24,0	24,0	0,0	0,0
	Resultado 2.4.1: os salários dos agentes do INE são revalorizados		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
58	Advocacia para o alinhamento dos salários dos agentes do INE com os salários das direcções financeiras do mesmo Ministério das Finanças	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Nº de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
59	Assinatura conjunta entre o Ministério das Finanças e o Ministério responsável pela Administração Pública sobre a revalorização dos salários dos agentes do INE	MFCEB/MJDHAP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
60	Implementação do despacho interministerial	MFCEB/MJDHAP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Resultado 2.4.2: Um sistema de recompensa é criado		6,0	6,0	6,0	6,0	24,0	24,0	0,0	0,0
61	Estabelecimento de um Prémio anual do melhor agente do INE	CNE	1,0	1,0	1,0	1,0	4,0	4,0	0,0	0,0
62	Estabelecimento de um Prémio do melhor serviço estatístico sectorial do ano	CNE	2,0	2,0	2,0	2,0	8,0	8,0	0,0	0,0
63	Estabelecimento de um Prémio anual da melhor publicação estatística do INE	INE	3,0	3,0	3,0	3,0	12,0	12,0	0,0	0,0
	Eixo estratégico III: Melhoria da produção estatística		1 026,1	1 119,9	1 628,9	1 588,0	5 363,0	425,4	3 738,4	1 199,2
	Objectivo operacional 3.1: Produzir regularmente estatísticas em todos os domínios		1 026,1	1 115,9	1 628,9	1 587,3	5 358,3	424,6	3 734,4	1 199,2
	Resultado 3.1.1.: Os inquéritos e recenseamentos são realizados		929,4	969,9	1 507,1	1 521,9	4 928,3	279,0	3 538,9	1 110,4
64	Recenseamento Geral da População e da Habitação	INE	0,0	43,9	1 079,3	1 478,6	2 601,8	260,2	1 821,3	520,4
65	Recenseamento Agrícola	INE/MADR	639,6	159,9	0,0	0,0	799,5	0,0	249,5	550,1
66	Recenseamento das empresas	INE	172,3	0,0	0,0	0,0	172,3	0,0	172,3	0,0
67	Inquérito Anual sobre a Agricultura	INE/MADR	31,0	27,3	27,3	27,3	113,1	18,8	94,3	0,0
68	Inquérito Anual sobre as empresas	INE	0,0	0,0	20,0	0,0	20,0	0,0	0,0	20,0
69	Inquérito ao Emprego e Trabalho Infantil	INE/MEAS	0,0	70,0	0,0	0,0	70,0	0,0	70,0	0,0
70	Inquérito sobre os deficientes físicos	INE/MJDHAP/MEAS	0,0	50,0	0,0	0,0	50,0	0,0	50,0	0,0
71	Estudo sobre a criação de Emprego e o reforço do capital humano	MJS	38,8	0,0	0,0	0,0	38,8	0,0	38,8	0,0

Nº de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
72	Realização do 6º inquérito MICS	INE	0,0	563,1	0,0	0,0	563,1	0,0	563,1	0,0
73	Inquérito sobre o nível de vida das famílias (IOF)	INE	0,0	0,0	370,4	0,0	370,4	0,0	370,4	0,0
74	Inquérito sobre os Produtores	INE	2,0	8,0	2,0	8,0	20,0	0,0	20,0	0,0
75	Inquérito qualitativo sobre a conjuntura	INE	8,0	8,0	8,0	8,0	31,8	0,0	31,8	0,0
76	Recenseamento dos Recursos Humanos da Administração Pública	INE/DGAP	0,0	22,0	0,0	0,0	22,0	0,0	22,0	0,0
77	Programa de Comparação Internacional (ICP-Africa)	INE	17,7	17,7	0,0	0,0	35,3	0,0	35,3	0,0
78	Projecto de Melhoria do Índice dos preços ao consumidor	INE	20,0	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0	20,0
	Resultado 3.1.2: As estatísticas atuais (dados administrativos) são produzidas em tempo útil		96,7	47,4	58,5	62,4	265,0	145,7	30,5	88,8
79	Produção de contas nacionais anuais estimadas	INE	0,8	0,8	0,8	0,8	3,0	3,0	0,0	0,0
80	Produção de contas nacionais anuais provisórias	INE	0,8	0,8	0,8	0,8	3,0	3,0	0,0	0,0
81	Produção de contas nacionais anuais definitivas	INE	0,8	0,8	0,8	0,8	3,0	3,0	0,0	0,0
82	Produção do Índice de Preços ao Consumidor	INE	3,0	3,0	3,0	3,0	12,0	12,0	0,0	0,0
83	Boletim quantitativo mensal da conjuntura	INE	0,3	0,3	0,3	0,3	1,2	1,2	0,0	0,0
84	Comunicado de imprensa sobre o comércio externo	INE	0,3	0,3	0,3	0,3	1,2	1,2	0,0	0,0
85	Anuário Estatístico do Comércio Externo	INE	1,3	1,3	1,3	1,3	5,0	5,0	0,0	0,0
86	Anuário das estatísticas do Estado Civil	INE	0,0	1,3	1,3	1,3	3,8	3,8	0,0	0,0
87	Actualização do arquivo de unidades estatísticas	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

N° ° de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
88	Produção do Índice de Preços da produção industrial (IPPI)	INE	2,0	8,0	2,0	8,0	20,0	0,0	20,0	0,0
89	Seguimento dos Indicadores ODS	INE	4,5	2,0	2,0	2,0	10,5	0,0	10,5	0,0
90	Anuário Estatístico da Educação	DSP/MECSC	2,8	2,8	2,8	2,8	11,2	11,2	0,0	0,0
91	Elaboração da carta escolar	DSP/MECSC	40,0	0,0	0,0	0,0	40,0	40,0	0,0	0,0
92	Anuário Estatístico da Saúde	MS	0,0	1,3	1,3	1,3	3,8	3,8	0,0	0,0
93	Seguimento e avaliação da pesca artesanal e semi-industrial	DP/MFCEB	14,7	14,7	14,7	14,7	58,8	0,0	0,0	58,8
94	Revisão do banco de dados da pesca	DP/MFCEB	1,5	0,0	17,0	0,0	18,5	18,5	0,0	0,0
95	Actualização dos dados do inquérito-quadro de 2014 sobre a frota de pesca artesanal e semi-industrial	DP/MFCEB	15,0	0,0	0,0	15,0	30,0	0,0	0,0	30,0
96	Anuário Estatístico sobre o Transporte Aéreo e Marítimo	SMF	1,3	1,3	1,3	1,3	5,0	5,0	0,0	0,0
97	Anuário Estatístico da Indústria	DI/MI	1,3	1,3	1,3	1,3	5,0	5,0	0,0	0,0
98	Boletim Trimestral das Estatísticas do Turismo	DDT/DGTH/MFCEB	4,1	4,1	4,1	4,1	16,3	16,3	0,0	0,0
99	Anuário estatístico do Turismo	DDT/DGTH/MFCEB	1,3	1,3	1,3	1,3	5,0	5,0	0,0	0,0
100	Anuário estatístico sobre o mercado de trabalho	DTEFP/MEAS	1,3	1,3	1,3	1,3	5,0	5,0	0,0	0,0
101	Anuário Estatístico da Justiça	MJDHAP	0,0	1,3	1,3	1,3	3,8	3,8	0,0	0,0
102	Produção da Balança de Pagamentos	BCSTP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
103	Produção da situação monetária	BCSTP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
104	Elaboração da Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)	DTP/MFCEB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Nº de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
	Resultado 3.1.3: As estatísticas emergentes (Paz, Segurança, Governança, Meio Ambiente, etc.) são tomadas em consideração na produção de dados		0,0	98,7	63,3	3,0	165,0	0,0	165,0	0,0
105	Inquérito sobre a Governança, Paz e Segurança (GPS)	INE	0,0	85,3	0,0	0,0	85,3	0,0	85,3	0,0
106	Inquérito sobre as alternativas à proibição de refrigerantes gaseificados	MIRNE/DSIECE/INE	0,0	10,3	0,0	0,0	10,3	0,0	10,3	0,0
107	Inquérito sobre os produtos químicos	MIRNE/DSIECE/INE	0,0	0,0	60,3	0,0	60,3	0,0	60,3	0,0
108	Anuário estatístico do ambiente	MIRNE/DSIECE	0,0	3,0	3,0	3,0	9,0	0,0	9,0	0,0
	Objectivo operacional 3.2: Melhorar o sistema de recolha e produção de dados		0,0	4,0	0,0	0,8	4,8	0,8	4,0	0,0
	Resultado 3.2.1: Os conceitos, nomenclaturas, classificações e normas são harmonizados e utilizados		0,0	4,0	0,0	0,8	4,8	0,8	4,0	0,0
109	Elaboração e validação dos códigos, nomenclaturas, conceitos e métodos estatísticos comuns para todo o SEN sobre as normas internacionais	CNE/INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
110	Organização de um workshop das estruturas de produção estatística sobre as normas para produção estatística	CNE/INE	0,0	4,0	0,0	0,0	4,0	0,0	4,0	0,0
111	Organizar um inquérito sobre a satisfação dos utilizadores no final da implementação da ENDE	INE/CNS	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8	0,8	0,0	0,0
112	Implementação da abordagem qualidade no seio do SEN	INE/CNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Nº de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
	Resultado 3.2.2 : Os dados são recolhidos através das NTICs (Tablets, Smartphones)		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
113	Utilização sistemática de tablets, smartphones para realização de inquéritos e recenseamentos	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Eixo estratégico IV: Promoção da divulgação, arquivamento, comunicação e utilização de estatísticas		11,1	89,4	13,0	10,1	123,5	37,5	82,6	3,4
	Objectivo operacional 4.1: Promover a divulgação e a comunicação		5,8	46,9	7,3	7,3	67,1	10,5	56,6	0,0
	Resultado 4.1.1: Uma política de informação estatística é elaborada, validada e implementada		5,0	41,6	5,0	5,0	56,6	0,0	56,6	0,0
114	Elaboração dos termos de referência para o recrutamento do consultor	INE/PTF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
115	Recrutamento do consultor	INE/PTF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
116	Elaboração e validação da política de divulgação de dados	INE	0,0	5,8	0,0	0,0	5,8	0,0	5,8	0,0
117	Actualização do site do INE (Divulgação no sítio Web)	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
118	Elaboração de um mailing grupo (e-mail dos destinatários)	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
119	Divulgação de publicações com o mailing grupo	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
120	Distribuição das publicações por correio normal	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
121	Reabilitação da biblioteca do INE	INE	0,0	25,8	0,0	0,0	25,8	0,0	25,8	0,0
122	Elaboração e divulgação do calendário de publicação das publicações do INE	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
123	Respostas a pedidos de informações ou dados	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
124	Organização de workshops de restituição dos inquéritos	INE	5,0	10,0	5,0	5,0	25,0	0,0	25,0	0,0

Nº de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
	Resultado 4.1.2: Uma estratégia de comunicação é elaborada e implementada		0,8	5,3	2,3	2,3	10,5	10,5	0,0	0,0
125	Elaboração e validação da estratégia de comunicação do INE	INE	0,0	3,0	0,0	0,0	3,0	3,0	0,0	0,0
126	Transmissão regular dos comunicados de imprensa aos jornalistas	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
127	Organização de conferências de imprensa	INE	0,0	1,5	1,5	1,5	4,5	4,5	0,0	0,0
128	Cobertura mediática das principais actividades do INE e do SEN	INE	0,8	0,8	0,8	0,8	3,0	3,0	0,0	0,0
	Objectivo operacional 4.2: Garantir o arquivamento de dados		0,0	9,1	0,0	0,0	9,1	3,1	6,0	0,0
	Resultado 4.2.1: As ferramentas de arquivamento estão disponíveis		0,0	3,1	0,0	0,0	3,1	3,1	0,0	0,0
129	Actualização da ferramenta de arquivamento TOOLKIT	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
130	Instalação do Arquivo Nacional de Dados (NADA)	INE	0,0	3,1	0,0	0,0	3,1	3,1	0,0	0,0
	Resultado 4.2.2: Os dados estatísticos são efectivamente arquivados		0,0	6,0	0,0	0,0	6,0	0,0	6,0	0,0
131	Arquivamento sistemático dos inquéritos em curso com o TOOLKIT	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
132	Arquivamento dos inquéritos já realizados e ainda não arquivados com o TOOLKIT	INE	0,0	6,0	0,0	0,0	6,0	0,0	6,0	0,0
133	Actualização do Arquivo Nacional de Dados (NADA)	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Objectivo operacional 4.3: Promover uma análise aprofundada dos dados		2,5	2,5	0,0	0,0	5,0	5,0	0,0	0,0
	Resultado 4.3.1: Acordos de parceria são assinados com institutos de pesquisa e Universidades		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
134	Assinatura de um quadro de colaboração entre a Universidade de STP e o INE	INE/USTP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Nº de ordem da acção	Título da acção	Estrutura responsável	Custo anual (em milhares de EUROS)				Fonte (em milhares de EUROS)			
			2018	2019	2020	2021	Total	Estado	PTF	A mobilizar
	Resultado 4.3.2 : Relatórios de análise aprofundada dos dados são publicados		2,5	2,5	0,0	0,0	5,0	5,0	0,0	0,0
135	Publicação de um relatório de análise aprofundada sobre uma temática do MICS5 2014	INE/USTP	2,5	0,0	0,0	0,0	2,5	2,5	0,0	0,0
136	Publicação de um relatório de análise aprofundada sobre uma temática do Inquérito ao Orçamento do Consumidor de 2017	INE/USTP	0,0	2,5	0,0	0,0	2,5	2,5	0,0	0,0
	Objectivo operacional 4.4: Promover a cultura estatística		2,9	30,9	5,7	2,9	42,3	18,9	20,0	3,4
	Resultado 4.4.1: As Jornadas Africanas de Estatística (JAE) e a Jornada Mundial das Estatísticas (JME) são organizadas		2,9	2,9	5,7	2,9	14,3	10,9	0,0	3,4
137	Organizar o Dia africano da estatística em 18 de Novembro de todos os anos	INE/SSM	2,9	2,9	2,9	2,9	11,4	8,0	0,0	3,4
138	Organizar o Dia mundial da estatística em 20 de Outubro de 2010	INE/SSM	0,0	0,0	2,9	0,0	2,9	2,9	0,0	0,0
	Resultado 4.4.2: Seminários de informação, conferências e fóruns são organizados		0,0	28,0	0,0	0,0	28,0	8,0	20,0	0,0
139	Organização de uma conferência pública sobre a inflação na Universidade	INE	0,0	5,0	0,0	0,0	5,0	5,0	0,0	0,0
140	Organização de um seminário de informação sobre as contas nacionais	INE	0,0	3,0	0,0	0,0	3,0	3,0	0,0	0,0
141	Organização de um fórum sobre o desenvolvimento da estatística	INE/SSM/PTF	0,0	20,0	0,0	0,0	20,0	0,0	20,0	0,0
	Resultado 4.4.3: Advocacia é feita para a introdução da educação estatística nas escolas		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
142	Sessão de trabalho com o Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação	INE/MECSC/CNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
143	Elaboração e validação de módulos de ensino ou materiais didácticos de acordo com os níveis escolhidos	INE/MECSC/CNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL GENERAL			1 466,9	1 711,9	2 001,4	1 792,5	6 972,7	1 281,0	4 415,4	1 276,2

